

Saskia Sassen

Professora de Sociologia na Columbia University

SOCIOLOGIA DA GLOBALIZAÇÃO

Tradução

Ronaldo Cataldo Costa

Consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição

Guilherme G. de F. Xavier Sobrinho

Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo



S252s Sassen, Saskia.

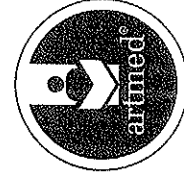
Sociologia da globalização / Saskia Sassen ; tradução Ronaldo Cataldo Costa ; revisão técnica Guilherme G. de F. Xavier Sobrinho. – Porto Alegre : Artmed, 2010.
240 p. ; 23 cm.

ISBN 978-85-363-2353-4

1. Sociologia. 2. Globalização. I. Título.

CDU 316:005.44

Catálogo na publicação: Ana Paula M. Magnus – CRB-10/Prov-009/10



2010

Elementos da sociologia da globalização

Este capítulo desenvolve os elementos teóricos e metodológicos de um estudo mais sociológico da dinâmica globalizante e desnacionalizante apresentada no Capítulo 1. Entre esses elementos, são críticas as questões do lugar e da escala. O global geralmente é conceituado como superior ou neutralizador do lugar e como algo que atua em uma escala evidentementemente global. Um foco em lugares, escalas e nos significados diversos do nacional nos ajuda a explorar tipos de práticas de pesquisa e teorização que não costumam ser incluídas no estudo do global. Além disso, o estudo dos processos globais segundo esses três elementos toca em objetos de estudo tradicionais em sociologia: estruturas, práticas e instituições sociais. Em outros capítulos, analiso como a sociologia proporciona uma variedade de conceitos e instrumentos metodológicos para apreender a complexidade e a diversidade da globalização, constituídas por referências empíricas específicos, notadamente cidades e estados. Ainda assim, embora se preste particular atenção à perspectiva sociológica, as questões abordadas neste capítulo claramente não se confinam à sociologia. Construir o objeto de estudo nesse tipo de iniciativa muitas vezes significa operar na interseção entre diversas formas disciplinares de conhecimento e técnicas de pesquisa e interpretação.

As formações globais existem há séculos. Os sociólogos fizeram algumas das contribuições mais importantes para o estudo e a teorização dessas formações (Abu-Lughod, 1989; Arrighi, 1994; King, 1990; Wallerstein, 1974). Seu caráter varia com o tempo e o espaço. Atualmente, podemos identificar novas formações ou novos traços em velhas formações, e os sociólogos fazem contribuições significativas para o seu es-

tudo (Albrow, 1996; Sklair, 1991; Robnson, 2004). As formações globais de hoje são diversas, como formas sociais e como ordens normativas. Por exemplo, como formas sociais, o mercado global de capitais e o regime internacional de direitos humanos são nitidamente diferentes, assim como suas ordens normativas. Para os cientistas sociais, a agenda de pesquisa consiste principalmente em explorar essa diversidade, compreender as diferenças em vez de apenas mostrar os paralelos. Compreender a especificidade e a variabilidade de formações globais leva a resultados mais ricos e mais complexos nas pesquisas, contribuindo também para uma perspectiva mais sociológica, quando o objetivo é compreender diferentes padrões de relações sociais. Desse modo, muitas das formações globais emergentes são ordens institucionais ou sistemas de relações parciais ou totalmente novos. Além disso, as formas institucionalizadas tendem a ter diferentes subculturas, regras formais e informais, regimes regulatórios, conjuntos de atores sociais e uma lógica de poder distintas.

As quatro seções deste capítulo objetivam identificar dinâmicas críticas para entender a globalização do ponto de vista sociológico. Desse modo, cada uma concentra-se em um caso bastante definido do desafio que a dinâmica global atual representa para a pesquisa em ciências sociais. Cada uma, então, é uma oportunidade de explorar questões teóricas e metodológicas. Coletivamente, essas seções não cobrem todas as questões que devem ser levantadas, mas abordam algumas das questões fundamentais.

A primeira seção desenvolve a noção de hierarquias escalares. Ela considera a hierarquia escalar tradicional, que é centrada no Estado-Nação, e concentra-se em sua atual desestabilização sob o impacto das novas dinâmicas e tecnologias. Ela usa esse efeito desestabilizante como uma janela para a questão do que é diferente hoje em dia. Partindo dessa visão, a segunda seção analisa o significado do subnacional em um mundo global e parcialmente digital. A terceira seção leva essa visão adiante, para analisar como as entidades subnacionais podem escapar das hierarquias organizadas em torno do Estado nacional e seu papel como ator supostamente exclusivo em relações internacionais. O foco aqui é nas redes que conectam cidades através de fronteiras e podem cada vez mais superar os Estados nacionais. Isso vale especialmente para as cidades globais, das quais existem aproximadamente 40 no mundo. Essas redes constituem uma das formações globais críticas atualmente, pois comportam uma variedade de atores e atividades em rápida expansão, incluindo casos diversos como a rede global de filiais de uma empresa, redes de migrantes transnacionais e redes terroristas internacionais. Esse tipo de foco ajuda a

abrir a análise para a possibilidade de que níveis subnacionais possam ter relevância para o processo de constituir formas sociais globais. Ele nos proporciona uma ponte analítica entre a escala global, ainda uma noção nebulosa, e o conceito mais familiar do local, em termos da cidade ou da comunidade de imigrantes, por exemplo. E tem o efeito de desagregar o global em certos circuitos transfronteiriços que conectam localidades específicas, trazendo assim parcialmente a noção vaga do global à noção mais concreta de redes de lugares.

A quarta seção discute as implicações que essa articulação do global no e através do nacional e do subnacional tem para os Estados nacionais. Essa discussão amplia o terreno analítico para se entender o global, mostrando que ele é parcialmente constituído pela desnacionalização de certos componentes daquilo que foi construído como territórios nacionais e domínios institucionais. Assim, abrimos o nacional – um conceito sociológico fundamental – para a pesquisa da globalização. De forma clara, o Estado nacional é um ator-chave e uma ordem institucional atuante nessas articulações do global com o nacional e o subnacional.

A DESESTABILIZAÇÃO DAS ANTIGAS HIERARQUIAS DE ESCALA

Os processos e as formações globais podem estar, e estão, desestabilizando a hierarquia escalar centrada no Estado nacional. No passado, a formação do Estado nacional desestabilizou as antigas hierarquias de escala, que eram constituídas por meio das práticas e projetos de poder de eras passadas, como os impérios coloniais do século XVI e de séculos subsequentes e as cidades medievais que dominavam o comércio de longa distância em certas partes da Europa no século XIV. Mais notável atualmente, é o que às vezes é visto como um retorno a antigas espacialidades imperiais para as operações econômicas dos atores mais poderosos: a formação de um mercado global para o capital, um regime de comércio global e a internacionalização da produção industrial. Claro que não é apenas uma volta a formas antigas. É crucial reconhecer a especificidade das práticas atuais e das capacidades que as possibilitam. Essa especificidade resulta em parte do fato de que as espacialidades transfronteiriças de hoje precisam ser produzidas em um contexto em que a maioria do território está encerrada em uma estrutura nacional densa e altamente formalizada, marcada pela autoridade exclusiva do Estado nacional. A proeminência da escala nacional e da autoridade exclusiva do Es-

tado sobre seu território é, segundo minha leitura, um dos contextos fundamentais para se entender a especificidade da atual fase da globalização. Essa proeminência do nacional traz consigo a participação necessária dos Estados nacionais na formação de sistemas globais (Sassen 1996, Capítulos 1 e 2, 2006a).¹

O projeto global de empresas poderosas, as novas capacidades técnicas associadas às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e o crescimento de componentes supranacionais no trabalho do Estado começam a constituir escalonamentos estratégicos além do nacional. Entre eles, estão escalas subnacionais, como a cidade global, e escalas supranacionais, como os mercados globais. Esses processos e práticas destabilizam parcialmente as hierarquias escalares que expressavam as relações de poder e a economia política de um período passado. Eles eram – em grande medida, continuam a ser – organizados em termos do tamanho institucional e do âmbito territorial: do internacional para o nacional, regional, urbano e local, com o nacional atuando como articulador dessa configuração particular. Ou seja, as práticas e arranjos institucionais cruciais que constituem o sistema ocorriam no nível nacional. Não obstante as diferentes origens e pontos de partida ao redor do mundo, a história do Estado moderno pode ser lida como o trabalho de tornar nacionais todos os aspectos fundamentais da sociedade: autoridade, identidade, segurança, legislação e mercado. Os períodos antes da ascensão do Estado nacional assistiram a diferentes formas de escalonamento, com os territórios geralmente sujeitos a diversos sistemas de regras, em vez da autoridade exclusiva de um Estado.

Atualmente, a dinâmica de reescalonamento atravessa o tamanho institucional e os limites institucionais do território produzidos pela formação dos Estados nacionais. Esse reescalonamento não significa que as antigas hierarquias desapareceram, mas que novos processos de escalonamento emergem juntamente com os antigos, e que aqueles podem muitas vezes prevalecer sobre estes. As antigas hierarquias escalares constituídas como parte do desenvolvimento do Estado-Nação continuam a operar, mas em um campo muito menos exclusivo do que num passado recente. Isso vale mesmo quando incluímos o poder hegemônico de alguns Estados, que significava – e continua a significar – que a maioria dos Estados nacionais não era – e ainda não é – plenamente soberana na prática.

A teoria existente não é suficiente para mapear a multiplicação de práticas e atores que, hoje, contribuem para esses reescalonamentos. Também existe uma variedade de atores extraestatais e formas de coope-

ração e conflitos transfronteiriços, como as redes de negócios globais, o novo cosmopolitismo, as organizações não governamentais (ONGs), as redes diaspóricas e os espaços como as cidades globais e as esferas públicas transfronteiriças. A teoria das relações internacionais é o campo que, por enquanto, mais falou sobre as relações transfronteiriças. Porém, os atuais acontecimentos associados a diversas combinações de globalização e as novas TICs apontam para os limites da teoria e dos dados das relações internacionais. Vários estudiosos críticos (Taylor, 2000; Cerny, 2000; Ferguson e Jones, 2002; Rodney Brace Hall e Thomas J. Biersteker, 2002; Walker, 1993) nos mostram como os modelos e as teorias das RI permanecem voltados para a lógica das relações entre Estados e a escala do Estado, em um momento em que vemos uma proliferação de atores não estatais, processos transfronteiriços e mudanças associadas no âmbito, exclusividade e competência da autoridade estatal sobre seu território. Os avanços teóricos em outras disciplinas podem se mostrar importantes nesse sentido. Especialmente relevante, como mencionei antes, é a geografia e suas contribuições para análises críticas da escala, ao contrário de outras ciências sociais que tendem a entender a escala como algo dado e a escala nacional como uma condição naturalizada.

Um segundo aspecto é o caráter multiescalar de diversos processos de globalização. Um centro financeiro em uma cidade global é uma entidade local, que também faz parte de um mercado eletrônico de escala global. Podemos pensar nisso como um caso em que o local é multiescalar. Por outro lado, a OMC é uma entidade global que se torna ativa quando inserida em economias e políticas nacionais e, assim, pode ser concebida como um caso em que o global é multiescalar. Esses exemplos não podem ser facilmente explicados pelas antigas hierarquias de escalas concatenadas, que posicionam tudo que é supranacional acima do Estado na hierarquia escalar, e tudo que é subnacional abaixo dele. Uma configuração multiescalar mais complexa é o novo tipo de espaço operacional usado pelas empresas multinacionais: ele inclui como componentes básicos as espraiadas redes de filiais e concentrações de funções estratégicas em um único lugar ou em alguns lugares (por exemplo, Taylor, Walker e Beaverstock, 2002; Ernst, 2005).² Talvez mais familiar aqui seja, novamente, o conjunto de condições e dinâmicas que caracterizam o modelo da cidade global (Sassen, 1991). Em sua formulação mais abstrata, isso está captado naquela que considero uma das principais hipóteses organizadoras do modelo da cidade global – a saber que, quanto mais globalizadas e mais informatizadas se tornam as operações de empresas e mercados, mais estratégicas e complexas se tornam sua administração central e suas funções

de serviços especializadas (e as infraestruturas e prédios necessários), beneficiando-se assim de economias de aglomeração. Em graus variados, essas economias de aglomeração ainda são obtidas por meio de concentrações territoriais de recursos múltiplos – ou seja, são proporcionadas pelas cidades. Essa variedade de dinâmicas multiescalares aponta para condições que não podem ser organizadas como uma hierarquia, muito menos como uma hierarquia concatenada. É um sistema multiescalar que opera em escalas e não, como se diz tantas vezes, simplesmente ascendendo na escala como resultado de novas capacidades de comunicação.³

Na próxima seção, analiso esse caráter multiescalar que o local e o global estão assumindo. Para tal, enfoco particularmente exemplos subnacionais, pois são menos familiares do que formações explicitamente globais e, além disso, prestam-se especialmente aos estudos sociológicos.

O SUBNACIONAL: UM LUGAR PARA A GLOBALIZAÇÃO

Estudar o global, então, acarreta um foco não apenas naquilo que é explicitamente global em escala, mas também em práticas e condições de escala local que são articuladas com a dinâmica global. E exige um foco na multiplicação de conexões transfronteiriças entre localidades em que certas condições se repetem: abusos aos direitos humanos, problemas ambientais, mobilização em torno de certas lutas, e assim por diante. Além disso, acarreta reconhecer que muitas das dinâmicas de escala global, como o mercado global de capitais, na verdade estão parcialmente embutidas em lugares subnacionais (centros financeiros) e movem-se entre essas práticas e formas organizacionais de escalas distintas. Por exemplo, o mercado global de capitais é constituído por meio de mercados eletrônicos com alcance global e por condições localmente enraizadas – ou seja, os centros financeiros e tudo que eles acarretam, da infraestrutura aos sistemas de confiança.

O foco nesses processos e dinâmicas subnacionais da globalização exige metodologias e teorias que envolvam não apenas escalonamentos globais, mas escalonamentos subnacionais como componentes de processos globais. Essa justaposição tem o efeito de desestabilizar conceitualmente o modelo principalmente implícito da hierarquia escalar concatenada centrada no Estado. Os estudos de processos e condições globais que se constituem em âmbito subnacional têm certas vantagens sobre estudos da dinâmica de escala global, mas também trazem desa-

fos específicos. Eles possibilitam o uso de técnicas estabelecidas de pesquisa quantitativa e qualitativa no estudo da globalização, propiciam uma ponte para usar a riqueza de dados nacionais e subnacionais, bem como o conhecimento especializado, como o dos estudos de área. Toda-avia, conforme indicado anteriormente, os estudos subnacionais e supra-nacionais devem ser situados em arquiteturas conceituais que não são exatamente as usadas pelos pesquisadores que criaram essas técnicas de pesquisa e conjuntos de dados, pois seu trabalho, em boa parte, tinha pouco a ver com a globalização.

Uma tarefa central que enfrentamos é decodificar certos aspectos do que ainda é representado ou experimentado como nacional, que pode, de fato, ter se afastado daquilo que historicamente era considerado ou constituído como nacional. Essa tarefa, então, tem, sob muitos aspectos, a mesma lógica de pesquisa e teorização que a desenvolvida em estudos da cidade global. Porém, embora hoje reconhecamos e codifiquemos uma variedade de componentes de cidades globais como parte do global, essa categorização não se aplica ao número cada vez maior de outros domínios subnacionais que devemos incluir na agenda de pesquisa da globalização. Neste livro, enfoco uma variedade de dinâmicas globalizantes ou desnacionalizantes que ainda são codificadas e representadas como locais e nacionais.

Três exemplos servem para ilustrar algumas das questões conceituais, metodológicas e empíricas nesse tipo de estudo. O primeiro diz respeito ao papel do lugar em muitos dos circuitos que constituem a globalização econômica e política. O foco no lugar nos permite investigar a globalização em termos dos diversos circuitos transfronteiriços especializados onde se localizam diferentes tipos de lugares. No Capítulo 7, discuto uma versão particular dessa investigação: a emergência de formas de globalidade centradas em disputas localizadas e atores que fazem parte de redes transfronteiriças; essa é uma forma de política global que se dá em meio a instituições locais, em vez de globais.

Talvez os melhores estudos sobre o papel do lugar e de circuitos globais sejam aqueles sobre as cidades globais e as cadeias produtivas. A pesquisa sobre essas cadeias enfoca as redes de trabalho e os processos de produção cujo resultado final é um produto acabado (Gereffi e Korzeniewicz, 1994); elas são constituídas por conjuntos de redes interorganizacionais de lares, empresas e certos componentes estatais, todos compartilhando o foco na produção de um determinado bem. Enquanto a pesquisa sobre as cadeias produtivas globais concentra-se principalmente em circuitos, o trabalho sobre as cidades globais chama atenção para lu-

gares estratégicos na economia global. As cidades globais são lugares subnacionais em que diversos circuitos globais se cruzam e, a partir daí, posicionam essas cidades em diversas geografias transfronteiriças estruturadas, cada uma com um alcance distinto e constituída em termos de práticas e atores distintos. Por exemplo, pelo menos alguns dos circuitos que conectam São Paulo à dinâmica global são diferentes dos que conectam Frankfurt, Johannesburg ou Mumbai (Bombaim). Além disso, grupos específicos de circuitos sobrepostos contribuem para a constituição de geografias transfronteiriças estruturadas de maneira característica. Estamos assistindo, por exemplo, à intensificação de antigas geografias transnacionais hegemônicas – como o aumento nas transações entre Nova York, Miami, Cidade do México e São Paulo (ver Ramos Schiffer, 2002; Parnreiter, 2002) – bem como geografias recém-constituídas – por exemplo, a articulação de Xangai com um número rapidamente crescente de circuitos transfronteiriços (Gu e Tang, 2002; Wasserstrom, 2004; Rowe e Kuan, 2004). Esse tipo de análise gera um outro quadro da globalização, em relação à visão centrada em mercados globais, comércio internacional ou nas instituições supranacionais pertinentes. Isso não implica que um tipo de foco seja melhor que o outro, mas que o foco supranacional – de longe o mais comum – não é suficiente.

Um segundo exemplo, parcialmente conectado com o primeiro, é o papel das novas tecnologias interativas em reposicionar o local, convidando-nos a uma análise crítica de como conceituamos o local. Por meio das novas tecnologias, uma empresa de serviços financeiros se transforma em um microambiente com um alcance global contínuo. E o mesmo se aplica a organizações com poucos recursos ou unidades familiares. Esses microambientes podem ser orientados para outros microambientes muito distantes, desestabilizando a noção de contexto, que costuma ser associada à do local e à noção de que a proximidade física é um dos atributos ou indicadores do local. Uma reconceitualização crítica do local ao longo dessas linhas acarreta pelo menos uma rejeição parcial da noção de que as escalas locais, inevitavelmente, fazem parte de hierarquias escalares concatenadas que vão do local ao regional, ao nacional e ao internacional.

O terceiro exemplo diz respeito a um conjunto específico de interações entre dinâmicas globais e certos componentes dos Estados nacionais. A condição crítica aqui é o encaixe parcial do global no nacional, do qual a cidade global talvez seja mais emblemática. Meu principal argumento é que, até onde determinadas estruturas do global habitam o que foi historicamente construído e institucionalizado como território

nacional, elas engendram uma variedade de negociações entre o global e o nacional. Um conjunto de situações evidentes atualmente é o que descrevo como uma desnacionalização parcial, incipiente e altamente especializada de certos componentes dos Estados nacionais.

Em todos os três casos, a questão da escala tem um conteúdo específico, que envolve práticas e dinâmicas que, conforme argumento, dizem respeito ao global, ainda que ocorram no que historicamente foi construído como a escala do nacional. Com poucas exceções, a mais proeminente das quais é o conhecimento crescente em geografia, as ciências sociais não tiveram um distanciamento crítico – ou seja, não historicizaram – a escala do nacional. A consequência disso é a tendência de enxergá-la como uma escala fixa e reifica-la e, de maneira geral, neutralizar a questão ou, na melhor hipótese, reduzir a escala a uma hierarquia de tamanho. Associada a essa tendência, existe a premissa geralmente acriticada de que essas escalas são mutuamente excludentes e – mais pertinente para meu argumento aqui – que a escala do nacional e a do global são mutuamente excludentes. Uma variação qualitativa que permite imbricações mútuas, ainda que de um tipo limitado, pode ser vista quando se concebe o escalonamento como uma hierarquia de níveis.⁴

Finalmente, os três exemplos descritos vão de encontro às premissas e proposições que costumam ser descritas como nacionalismo metodológico. Porém, o fazem de um modo distinto. Crítica a crítica do nacionalismo metodológico é a necessidade do transnacionalismo, pois a categoria da “nação como invólucro” é inadequada, devido à proliferação de dinâmicas e formações transfronteiriças (por exemplo, Taylor, 2000; Beck e Beck-Gernsheim, 2001; Beck, 2000; Robinson, 2004). Em vez disso, estou enfocando outro conjunto de razões para defender a crítica do nacionalismo metodológico: o fato de haver estruturas variadas e específicas do global dentro do que é construído historicamente como nacional. Além disso, postulo que, como o nacional é altamente insubstituído e denso, as estruturas do global dentro do nacional acarretam uma desnacionalização parcial e geralmente bastante especializada e específica de certos componentes do nacional.

As novas redes que conectam as cidades por meio de uma variedade de novas atividades e instituições são um exemplo de um escalonamento global constituído por meio de lugares subnacionais e suas transações transfronteiriças cada vez mais intensas.

A REDE TRANSFRONTEIRIÇA DE CIDADES GLOBAIS

Quando a atividade econômica se torna globalizada, ela reformula parcialmente as ordens existentes e contribui para a formação de novos ordens. Isso ocorre por meio das práticas de atores econômicos (empresas e mercados globais) e do desenvolvimento de determinados regimes de valor (desregulação da economia). Para investigar essas mudanças, são necessárias novas arquiteturas conceituais; um exemplo é o modelo da cidade global. A medida que a economia global se expandiu nas duas últimas décadas, assistimos à formação de uma rede crescente de cidades globais, hoje somando em torno de 40, pelas quais a riqueza econômica e os processos nacionais se articulam com uma proliferação de circuitos globais de capital, investimento e comércio. Essa rede de cidades globais constitui um espaço de poder que contém as capacidades necessárias para as operações globais de empresas e mercados. Ela atravessa parcialmente a velha divisão Norte-Sul e constitui uma geografia de centralidade, que atualmente também incorpora as principais cidades do Sul global, ainda que a hierarquia dessa geografia de centralidade seja bastante nítida. Em seu nível mais concreto, essa nova geografia é o terreno em que diversos processos da globalização assumem formas materiais e localizadas. Uma análise das cidades globais e suas redes nos ajuda a entender como a centralidade espacial e organizacional é institucionalizada na economia global (ver Abu-Lughod, 1999; Short e Kim, 1999; Sachar, 1990; Allen, Massey e Pryke, 1999; Matthew J. O. Scott, 2001; Marcuse e Van Kempen, 2000; Gugler, 2004; Taylor 2004; Harvey, 2007; Fujita et al., 2004).⁵

A decisão de dar nome a uma configuração tem sua própria racionalidade substantiva. A escolha do termo *cidade global* (Sassen, 1991; Sassen-Koob, 1982, 1984) foi uma escolha consciente. Foi uma tentativa de nomear uma diferença: a especificidade do global, da forma como é estruturado na cidade contemporânea.⁶ Não escolhi a alternativa óbvia, *cidade mundial*, porque ela tem exatamente o atributo oposto: refere-se a um tipo de cidade que temos visto ao longo dos séculos (por exemplo, Braudel, 1984; Peter Hall, 1966; King, 1990) e provavelmente em períodos muito anteriores na Ásia ou em centros coloniais europeus (Gugler, 2004). A maioria das principais cidades globais de hoje também são cidades mundiais, mas certamente pode haver cidades globais que não sejam cidades mundiais, no sentido pleno e rico do termo. Explorar essas questões é, em parte, uma questão empírica; além disso, à medida que a economia global se amplia e incorpora outras cidades em suas diversas redes, é bastante

possível que um número cada vez maior de cidades globais não represente cidades mundiais. Assim, o fato de que Miami desenvolveu funções de cidade global a partir do final da década de 1980 (Nijman, 1996) não faz dela uma cidade mundial no sentido antigo do termo.

Propus cinco hipóteses para ajudar a explicar a importância das cidades na institucionalização de processos econômicos globais. Nas primeiras quatro, o esforço era para qualificar o que estava emergindo na década de 1980 como um discurso dominante sobre a globalização, a tecnologia e as cidades, que postulava o fim das cidades como unidades ou escalas econômicas importantes. Uma tendência nesse sentido era considerar a existência de um sistema econômico global como algo dado. Minha tentativa foi de recuperar o trabalho verdadeiro de implementar e administrar uma economia global e, dessa forma, recuperar a importância das cidades para esse trabalho.

Uma primeira hipótese era de que, quanto maior a dispersão geográfica das atividades econômicas, juntamente com sua simultânea integração pelas telecomunicações, maior o crescimento e a importância das funções corporativas centrais. Quanto mais dispersas as operações da empresa em diferentes países, mais complexas e estratégicas seriam a administração, a coordenação, a manutenção e o financiamento da rede de operações da empresa.

Em segundo lugar, quanto mais complexas se tornam essas funções centrais, mais provavelmente elas serão "terceirizadas" pelas matrizes das grandes empresas globais. As matrizes compram de prestadoras de serviços especializados uma parte das suas funções: contabilidade, advocacia, relações públicas, programação e telecomunicações, entre outros. Assim, embora mesmo há 10 anos o principal lugar de produção dessas funções da sede central fosse a matriz da empresa, atualmente, existe um segundo lugar-chave: as empresas especializadas contratadas pelas matrizes para cumprir algumas dessas funções ou componentes centrais para elas. Esse padrão é especialmente comum entre empresas envolvidas em mercados globais e operações que fogem à rotina. Porém, as sedes de todas as empresas estão cada vez mais comprando esses serviços, em vez de produzi-los na matriz.

A terceira hipótese é que, quanto mais complexos e globalizados forem os mercados de uma firma prestadora de serviços, mais suas funções centrais estarão sujeitas a economias de aglomeração. A complexidade dos serviços que devem produzir, a incerteza dos mercados em que estão envolvidos, seja de forma direta ou por intermédio da matriz para a qual estão prestando serviços, e a crescente importância da velocidade em todas essas transações, tudo isso gera uma mistura de condições que cons-

tiviu uma nova dinâmica de aglomeração. A mistura de empresas, talento e conhecimento em uma ampla variedade de campos especializados faz um certo tipo de ambiente urbano atuar como um centro de informações. Estar em uma cidade se torna sinônimo de estar em um circuito de informações extremamente intenso e denso.

A quarta hipótese, derivada da anterior, é que, quanto mais as matrizes terceirizam suas funções mais complexas e não padronizadas, particularmente aquelas sujeitas a mercados incertos e inconstantes e à velocidade, mais livres elas serão para optar por um lugar, pois uma parcela menor do trabalho feito na matriz estará sujeita a economias de aglomeração. Assim, o setor que especifica as vantagens produtivas características das cidades globais é o especializado e interconectado setor de serviços.⁷

A quinta hipótese prevê que, até onde essas empresas especializadas devem prestar um serviço global (por meio de uma rede global de filiais ou outra forma de parceria), há um fortalecimento das transações e redes transfronteiriças entre as cidades. No limite, esse pode ser o começo da formação de sistemas urbanos transnacionais. O crescimento de mercados globais para finanças e serviços especializados, a necessidade de redes de serviços transnacionais devido a aumentos acentuados em investimentos internacionais, o papel menor do governo na regulamentação da atividade econômica internacional e a correspondente ascensão de outras arenas institucionais, notadamente os mercados globais e séries de redes transnacionais de cidades. A dedução disso é que os principais centros empresariais do mundo atualmente derivam sua importância dessas redes transnacionais. Não existe entidade tal como uma cidade global única – e, nesse sentido, existe um nítido contraste com as capitais dos impérios de outrora.

Central a essas hipóteses sobre a arquitetura organizacional da economia global é a proposição de que essa economia contém tanto as capacidades para uma enorme dispersão e mobilidade geográficas quanto as acentuadas concentrações territoriais necessárias para a administração e manutenção dessa dispersão. A administração e a manutenção de grande parte do sistema econômico global ocorre nessa rede crescente de cidades globais e cidades ou regiões que são mais bem descritas como tendo um número limitado de funções de cidade global. O crescimento das atividades globais de administração e manutenção por sua vez trouxe consigo uma massiva melhoria e expansão de áreas urbanas centrais, mesmo que grandes porções dessas cidades se aprofundem na pobreza e experi-

mentem a decadência em sua infraestrutura. Embora esse papel envolva apenas certos componentes das economias urbanas, ele tem contribuído para um reposicionamento das cidades, tanto do ponto de vista nacional quanto do global. A intensidade das transações entre essas cidades, particularmente pelos mercados financeiros, investimentos e contratação de serviços, aumentou nitidamente, assim como as ordens de magnitude envolvidas. Podemos ver aqui pelo menos a formação incipiente de sistemas urbanos transnacionais. Em uma ampla medida, os principais centros de negócios do mundo atualmente derivam sua importância dessas redes transnacionais, o que, por sua vez, indica uma divisão de funções.

Um sistema urbano transnacional é, em parte, uma estrutura organizacional para transações transfronteiriças. Há muito tempo existem processos econômicos através das fronteiras – fluxos de capital, mão de obra, mercadorias, matéria-prima, turistas – e, nesse sentido, não há nada de novo nas redes interurbanas que surgem hoje em dia. Porém, ao longo dos séculos, houve enormes oscilações no grau de abertura ou fechamento nas formas organizacionais em que esses fluxos ocorrem. Nos últimos 200 anos, o sistema interestatal passou a ser a forma organizacional dominante para os fluxos transfronteiriços em grande parte do mundo, com os Estados nacionais como atores-chave. Foi essa condição que começou a mudar dramaticamente na década de 1980 e cresceu rapidamente na de 1990, como resultado da privatização, desregulamentação, e das novas tecnologias da informação, da abertura de economias nacionais a empresas estrangeiras, e da participação crescente de atores econômicos nacionais em mercados globais. A arquitetura organizacional para os fluxos transfronteiriços que emerge desses reescalamentos e articulações é ocultada apenas em parte pelo sistema interestatal e, às vezes, diverge cada vez mais dele. Os principais articuladores agora não são apenas os Estados nacionais, mas empresas e mercados cujas operações globais são facilitadas por novas políticas e padrões internacionais produzidos por Estados dispostos e nem tão dispostos a isso (por exemplo, Panitch 1996; Gill, 1996; Ferguson e Jones, 2002; Rodney Bruce J. Hall e Thomas J. Biersteker, 2002; Harvey, 2007; Taylor, 2004).

O crescimento da dinâmica transfronteiriça de rede entre as cidades globais envolve uma ampla variedade de domínios – político, cultural, social e criminal. Existem diversos referenciais empíricos para essas formas não estatais de articulação, que podemos desagregar em componentes específicos. Um tipo de referencial empírico é econômico, incluindo o número crescente de fusões e aquisições transnacionais, as redes cres-

centes de associados estrangeiros, e o número crescente de centros financeiros que são incorporados aos mercados financeiros globais. Também existe uma proliferação de circuitos globais especializados para atividades econômicas que contribuem para essas novas escalas e se fortalecem com o seu surgimento. Um segundo tipo de referencial empírico é a variedade crescente de transações transfronteiriças entre comunidades de imigrantes e suas comunidades de origem, bem como uma intensidade maior no uso dessas redes depois que são estabelecidas, incluindo atividades econômicas que eram improváveis até há pouco. Também vemos maiores redes internacionais para fins culturais, tanto econômicos como artísticos, como no crescimento de mercados internacionais para a arte e uma classe transnacional de curadores, e para fins políticos não formais, como no crescimento de redes transnacionais de ativistas organizados em apoio a causas ambientais, direitos humanos e coisas do gênero. Essas são redes transnacionais que interligam cidades, ou, pelo menos atualmente, parece ser mais simples entender a existência e as modalidades dessas redes no nível das cidades. O mesmo pode ser dito das novas redes criminosas transfronteiriças, independentemente de estarem conectando traficantes de drogas, terroristas ou traficantes de pessoas. Esses e outros processos explicam por que um número crescente de cidades desempenha um papel cada vez mais importante em conectar diretamente suas economias e sociedades nacionais com os circuitos globais. A medida que as transações transfronteiriças de todos os tipos aumentam, também aumentam as redes que conectam certas configurações de cidades (por exemplo, Taylor, 2004; Amen et al., 2006; Lo e Yeung, 1996). Esse crescimento, por sua vez, contribui para a formação de geografias transfronteiriças específicas que conectam certos conjuntos de cidades.

O resultado é um reescalamento dos lugares estratégicos que articulam o novo sistema. Juntamente com a desvinculação parcial, ou pelo menos o enfraquecimento do nacional como unidade espacial, vêm condições para a ascensão de outras unidades e escalas espaciais (por exemplo, Taylor, 1995; Sum, 1999; Brenner, 1998, 2004; Harvey, 2007). Entre elas, estão escalas subnacionais, particularmente cidades e regiões; regiões transfronteiriças que abrangem duas ou mais entidades subnacionais; e entidades supranacionais, como os mercados eletrônicos globais e blocos de livre comércio. A dinâmica e os processos que são territorializados ou localizados nessas escalas variadas podem, em princípio, ser regionais, nacionais e globais. Esse reescalamento traz consequências para a gestão dos fluxos e

transações que circulam por meio de redes específicas ou gerais de cidades, sejam elas globais ou de outra forma.

Embora essas redes estejam parcialmente embutidas em territórios nacionais, as estruturas nacionais existentes não necessariamente são capazes de regular suas funções. As funções regulatórias deslocam-se cada vez mais para um conjunto de redes regulatórias transnacionais emergentes ou reorganizadas e para o desenvolvimento de uma variedade de padrões que organizam o comércio mundial e as finanças globais. Agências regulatórias, muitas vezes semiautônomas, e as redes especializadas que elas formam estão assumindo funções antes localizadas dentro de arcabouços legais nacionais, e os padrões estão substituindo as regras do direito internacional.

Esta última questão toca em um tema crucial que permeia este livro: os desafios teóricos e empíricos de estudar fenômenos globais dentro do Estado-Nação. O estudo das cidades globais e suas redes transfronteiriças coloca as questões empíricas em primeiro plano. Como as cidades globais se localizam dentro de territórios nacionais, o movimento de vários fluxos entre essas cidades acaba por afetar também a esfera nacional. Pode ser difícil mapear isso de forma empírica, pois a maioria dos estudos relacionados com fluxos transfronteiriços concentra-se no movimento de capital, informações, pessoas e outras entidades entre Estados-Nações, e não entre cidades individuais. Assim, existe a necessidade de construir novos estudos para rastrear esses fluxos. A contribuição mais significativa nesse sentido foi a de Peter Taylor e colaboradores, com o estabelecimento do grupo GaWC (Globalization and World Cities). Mais recentemente, Alderson e Beckfield, (2004) desenvolveram outra metodologia e outros dados para responder esse tipo de questão (Ver também o debate no *American Journal of Sociology*, 2006).

Para construir novos conjuntos de dados, podemos usar os métodos qualitativos e quantitativos empregados pelas ciências sociais, incluindo a sociologia. Os pesquisadores começaram a abordar o desafio estudando essas formações globais como nós de uma rede (Alderson e Beckfield, 2004) ou fluxos entre nós (Taylor, 2004; ver Sassen, 2002a para exemplos de ambas abordagens). Os nós individuais podem revelar como componentes de uma única cidade, como empresas e mercados, se articulam com a rede mais ampla (Gu e Tang, 2002; David R. Meyer, 2002; Taylor, Walker e Beaverstock, 2002). A pesquisa usando métodos qualitativos pode mergulhar nas culturas globalizantes específicas das cidades (por exemplo, Krause e Petro, 2003; Hill, 2007; Peterson, 2007) e no trabalho e na política cotidianos envolvidos na produção e manutenção

de uma cidade global (por exemplo, Simmonds e Hack, 2000; Rutherford, 2004; Samers, 2002; Amen et al., 2006). Pesquisas sobre as redes transnacionais de cidades globais analisaram as relações entre essas cidades e esboçaram uma hierarquia do sistema (David A. Smith e Michael Timberlake, 2002; Taylor, Walker e Beaverstock, 2002). Usando métodos quantitativos, os pesquisadores analisaram os fluxos entre cidades por meio de dados sobre o tráfego aéreo (David A. Smith e Michael Timberlake, 2002), conexões entre e intraempresas (Taylor, Walker e Beaverstock, 2004), e fluxos de informações (Mitchelson e Wheeler, 1994). Contudo, para se construir um quadro mais completo dessas redes transfronteiriças e seus nós, será necessário fazer mais pesquisas. A sociologia, em particular, e as ciências sociais, em geral, com suas diversas metodologias qualitativas e quantitativas, podem ajudar a especificar essas formações globais emergentes usando dados antigos e construindo novos conjuntos de dados de maneiras que evitem o nacionalismo metodológico.

AGENDAS ESTATAIS DESNACIONALIZADAS E NORMAS PRIVATIZADAS

Cada seção deste capítulo chama atenção para os problemas de tratar o global-nacional como uma dualidade mutuamente excludente. A importância de lugares estratégicos como as cidades globais para entender os processos globais e a possibilidade de as localidades interagirem diretamente com as redes globais são casos que problematizam a noção da dualidade global-nacional. A economia global, em grande medida, materializa-se em territórios nacionais; sua topografia abrange o espaço digital e lugares específicos em territórios nacionais. As cidades globais são locais onde a economia global, em grande parte, é organizada, mantida e financiada. Os processos globais não precisam atravessar as hierarquias de Estados nacionais; eles podem se articular diretamente com certos tipos de localidades e atores locais.

Embora nenhuma dessas circunstâncias altere os limites geográficos do território do Estado nacional, elas mudam o significado da autoridade exclusiva do Estado sobre esse território. Como instituições, os Estados nacionais têm se envolvido profundamente na implementação do sistema econômico global. Esse reposicionamento do Estado levanta a questão de se existem condições específicas que tomem a execução desse papel na fase atual diferente de como pode ter sido em fases anteriores da economia mundial. Embora isso, de muitas maneiras, seja questão de interpre-

tação, acredito que, de fato, existe algo diferente em relação ao período atual. Ou seja, o papel atual do Estado não é novo, mas foi transformado.

O trabalho dos Estados, ou a *raison d'état* – a racionalidade substantiva do Estado – já teve muitas encarnações ao longo dos séculos, cada uma com suas consequências. Atualmente, as condições e o conteúdo de componentes específicos do trabalho dos Estados mudou significativamente em comparação com o período imediatamente após a Segunda Guerra Mundial. Algumas dessas mudanças são captadas tipicamente na imagem do atual Estado neoliberal ou competitivo, em comparação com o Estado de bem-estar do pós-guerra. Por um lado, temos a existência de um corpo legal imensamente elaborado, desenvolvido em boa medida nos últimos cem anos, que garante a autoridade territorial exclusiva dos Estados nacionais em um grau que não era visto em séculos passados. Por outro lado, vemos uma considerável institucionalização, especialmente na década de 1990, dos “direitos” das empresas não nacionais, a desregulamentação de transações transfronteiriças, e a influência ou poder crescente de algumas das instituições supranacionais. Se garantir esses direitos, opções e poderes acarretou uma renúncia mesmo parcial de componentes da autoridade estatal construída ao longo do último século, podemos postular que esse processo estabelece as condições para uma transformação do papel do Estado. Além disso, indica um envolvimento necessário da parte dos Estados nacionais no processo de globalização (Aman, 1998; Sassen, 1996).

Essa nova condição do Estado muitas vezes é explicada em termos de uma redução de capacidades regulatórias, resultante de algumas das políticas básicas associadas à globalização econômica. Geralmente, usamos termos como *desregulamentação* e *liberalização financeira* e comercial para descrever a transformada autoridade do Estado sobre uma ampla variedade de mercados e setores econômicos e sobre suas fronteiras nacionais. Essa autoridade mudada também envolve a privatização de empresas do setor público. O problema com esses termos é que eles somente captam o retraimento do Estado na regulação da sua economia, mas não registram todas as maneiras em que o Estado participa, estabelecendo as novas estruturas que promovem a globalização, e também não captam as transformações correspondentes, no interior do Estado. Essas são exatamente as minhas duas preocupações.

A nova geografia do poder que os Estados enfrentam acarreta, portanto, um processo muito mais diferenciado do que sugerem as noções de um declínio geral na significância do Estado. Ao contrário, presencia-

mos um reposicionamento do Estado em um campo mais amplo de poder e uma reconfiguração do trabalho dos Estados. Esse campo mais amplo de poder se constituiu, em parte, pela formação de uma nova ordem institucional privada, ligada à economia global e, em parte, pela importância crescente de uma variedade de ordens institucionais envolvidas em vários aspectos do bem-comum, entendo de forma ampla, como a rede internacional de ONGs e o regime internacional de direitos humanos. A análise dessa geografia do poder exige identificar e conceituar um conjunto específico de operações que se dá dentro de cenários institucionais nacionais, mas que é voltado para agendas não nacionais ou transnacionais, sendo que, anteriormente, estava ligado a agendas nacionais.

Esse entendimento do Estado levanta duas questões cruciais. A primeira diz respeito à natureza desse envolvimento: "será o papel do Estado apenas reduzir a sua autoridade (por exemplo, conforme sugerem termos como *desregulamentação* e *privatização* e, de maneira geral, *menos governos*), ou ele também exige a produção de novos tipos de regulamentações, processos legislativos, decisões judiciais – em suma, a produção de uma série de novas "legalidades"? A segunda questão analisa como diversos tipos de Estados conduzem seu envolvimento com os processos globais. Alguns Estados, especificamente os Estados Unidos e o Reino Unido, geram o desenho para essas novas legalidades – ou seja, aspectos específicos de direito derivado do direito comercial e padrões de contabilidade anglo-americanos – e os impõem sobre outros Estados, em decorrência das interdependências no coração da atual fase da globalização. Isso, por sua vez, cria e impõe um conjunto de limitações específicas para todos os Estados participantes.¹⁰ Os processos legislativos, as ordens executivas, a adesão a novos padrões técnicos, e coisas do gênero, devem ser produzidos por meio das estruturas institucionais e políticas de cada um desses Estados.¹¹

A primeira questão exige uma investigação do envolvimento do Estado com os processos globais. Um dos papéis do Estado ante a internacionalização econômica tem sido o de negociar a interseção entre a lei nacional e as atividades de atores econômicos estrangeiros – sejam empresas, mercados ou organizações supranacionais – em seu território, bem como as atividades estrangeiras de atores econômicos nacionais. No caso dos Estados Unidos, medidas legislativas, ordens executivas e decisões jurídicas possibilitaram que empresas estrangeiras atuassem nos Estados Unidos e que os Estados Unidos tivessem mercados internacionalizados.

O caso dos bancos centrais pode ser usado para ilustrar essa mescla de instituições nacionais e políticas globais. Os bancos centrais são instituições

nacionais que tratam de questões nacionais. Porém, ao longo da última década, eles se tornaram a casa institucional dentro do Estado nacional para as políticas monetárias que são necessárias para desenvolver um mercado global de capitais e, de maneira geral, um sistema econômico global. A nova condição do sistema financeiro global – as exigências que devem ser satisfeitas para que um país seja integrado ao mercado global de capitais – contém, como um de seus elementos fundamentais, a autonomia dos bancos centrais em relação aos presidentes ou primeiros-ministros.¹² Essa autonomia facilita a tarefa de instituir um certo tipo de política monetária que privilegia a inflação baixa sobre o crescimento do emprego, mesmo quando o presidente prefere o contrário, particularmente em época de reeleição. Embora a garantia de autonomia dos bancos centrais certamente tenha evitado muita corrupção, também foi o veículo para uma das acomodações por parte dos Estados nacionais aos requisitos do mercado global de capitais. Pode-se fazer uma análise paralela com os ministros das finanças (ou do tesouro, nos Estados Unidos), que tiveram que impor políticas fiscais visando reduzir os gastos sociais estatais, outra condição da globalização econômica.

Essa acomodação dos interesses de empresas e investidores estrangeiros, sob condições em que a maioria dos domínios institucionais do país é construída como "nacional", exige negociação.¹³ O modo de negociação na fase atual tende na direção que descrevi como a desnacionalização de diversos componentes institucionais especializados.¹⁴ Minha hipótese aqui é de que, desde a década de 1980, alguns componentes das instituições nacionais, ainda que formalmente nacionais, não são nacionais no sentido em que a prática estatal construiu o significado do termo desde a emergência do chamado Estado regulatório, particularmente no Ocidente. Embora implementadas de forma imperfeita e muitas vezes excluindo minorias nacionais, as políticas keynesianas que visavam fortalecer a economia "nacional" e a capacidade de consumo "nacional", e elevar o nível educacional da força de trabalho "nacional" são bons exemplos desse significado do nacional. De maneira clara, existem variações enormes entre os países no nível em que esse projeto político nacional existiu e no período exato em que foi implementado. Todavia, a questão fundamental atualmente é que as políticas estatais e o trabalho dos Estados alteraram diversos elementos do que tradicionalmente se considera um Estado nacional territorialmente e institucionalmente exclusivo.

Como os Estados lidam com esse envolvimento com o global? Crucial para minha análise, é o fato de que o consenso emergente, muitas vezes imposto, na comunidade de Estados sobre promover a globalização

não é uma simples decisão política: ele implica tipos específicos de *trabalho* por um grande número de instituições distintas em cada país. Nesse sentido, o consenso força os Estados a trabalhar. Não se trata apenas de tomar uma decisão. Além disso, esse trabalho tem um resultado irônico, no sentido de que desestabiliza certos aspectos do poder estatal: pode-se considerar que o Estado incorpora o projeto global de encolher seu próprio papel de regulamentar as transações econômicas. O Estado, aqui, pode ser concebido como uma capacidade administrativa técnica que não pode ser reproduzida neste momento por nenhum outro arranjo institucional; ademais, essa capacidade tem o apoio do poder militar, que, para certos Estados, é um poder global. Visto da perspectiva de empresas que atuam em âmbito transnacional, o objetivo é garantir as funções exercidas tradicionalmente pelo Estado no campo nacional da economia, particularmente garantir os direitos de propriedade e contratos, mas agora também estendidos a empresas estrangeiras. A maneira como isso ocorre pode envolver uma variedade de opções. Até certo nível, esse trabalho de garantia está sendo privatizado, conforme indicado, por exemplo, pelo crescimento do arbitramento internacional do comércio e por elementos fundamentais dos novos tipos de autoridade privatizada.¹⁵ O governo dos Estados Unidos, como a potência hegemônica deste período, levou ou forçou outros Estados a adotar essas obrigações em relação ao capital global e assim contribuiu para intensificar as forças que podem desafiar ou desestabilizar o que foi construído historicamente como poderes estatais.¹⁶

Independentemente de o foco estar em Estados individuais ou no consenso emergente na comunidade de Estados, existe um conjunto de dinâmicas estratégicas e transformações institucionais em andamento. Essas dinâmicas e transformações podem incorporar um pequeno número de agências estatais e unidades dentro de ministérios ou um pequeno número de iniciativas legislativas e ordens executivas e, ainda assim, têm o poder de instituir uma nova normatividade no núcleo do Estado. Isso é especialmente verdadeiro porque esses setores estratégicos estão operando em interações complexas com atores privados, transnacionais e poderosos. Isso está acontecendo em graus variados em uma quantidade cada vez maior de Estados, mesmo que grande parte do aparato institucional deles permaneça basicamente intocado. (A inércia das organizações burocráticas, que cria sua própria versão de dependência do passado, contribui imensamente para a continuidade.) O que vemos aqui é a desnacionalização incipiente e parcial de ordens institucionais e agendas estatais altamente especializadas e específicas tipicamente. A partir da pers-

pectiva da pesquisa, argumento que essa transformação acarreta a necessidade de decodificar o que é “nacional” (historicamente construído) em relação a essas ordens institucionais especializadas dentro dos Estados nacionais (Sassen, 2006a, Capítulo 4).

O modo como essa participação do Estado tem evoluído é no sentido de fortalecer o poder e a legitimidade de autoridades estatais privatizadas e desnacionalizadas. O resultado é uma ordem emergente que tem consideráveis capacidades de governança e poder estrutural. Essa ordem institucional contribui para fortalecer as vantagens de certos tipos de atores econômicos e políticos e para enfraquecer as de outros. Ela é extremamente parcial, em vez de universal, mas é estratégica, no sentido de que tem uma influência indevida sobre grandes áreas do mundo institucional mais amplo e do mundo da experiência vivida. Além disso, essa ordem não é plenamente responsabilizável em relação aos sistemas políticos democráticos formais. Embora parcialmente embutida em cenários institucionais nacionais, é diferente deles.

Existem vários aspectos que podemos identificar nessa nova ordem institucional privada no centro de várias instituições estatais nacionais. Primeiramente, entre os aspectos característicos dessa nova, básica, mas não exclusivamente privada, ordem constitucional em formação estão sua capacidade de privatizar o que antes era público e de desnacionalizar aquelas que antes eram autoridades e agendas políticas nacionais. Essa capacidade de privatizar e desnacionalizar acarreta transformações específicas do Estado nacional – ou, mais precisamente, de alguns dos seus componentes. Em segundo lugar, essa nova ordem institucional tem autoridade normativa – uma nova normatividade que não se encontra embutida no que tem sido e, até certo ponto, permanece sendo a principal normatividade dos tempos modernos, a *raison d'état*. Pelo contrário, essa normatividade vem do mundo do poder privado, mas instala-se no domínio público e, assim fazendo, ajuda a desnacionalizar as agendas nacionais. Em terceiro lugar, certos componentes institucionais do Estado nacional começam a atuar como a casa institucional para a operação de dinâmicas poderosas que constituem o que podemos descrever como o capital global e os mercados globais de capitais. Dessa forma, essas instituições estatais ajudam a reorientar seu trabalho político ou agendas estatais amplas para os requisitos da economia global. Esses aspectos então levantam uma questão sobre o que é nacional nesses componentes institucionais dos Estados ligados à implementação e regulamentação da globalização econômica (para dados e referências, ver Sassen, 2006a, Capítulo 5).

Objetivando governar aspectos fundamentais da economia global, tanto as transformações específicas dentro do Estado quanto a ordem institucional privatizada emergente são parciais e incipientes, mas estratégicas. Ambas têm a capacidade de alterar condições que podem ser cruciais para a “democracia liberal” e para a arquitetura organizacional da lei internacional, seu alcance e seu grau de exclusividade. Nesse sentido, ambas têm a capacidade de alterar o alcance da autoridade dos Estados e do sistema interestatal, os domínios institucionais cruciais pelos quais o “Estado de Direito” é implementado. Não estamos assistindo ao fim dos Estados, mas, pelo contrário, que os Estados não são os únicos ou os mais importantes agentes nesta nova ordem institucional e, em segundo lugar, que os Estados, incluindo os dominantes, passaram por transformações profundas em alguns dos seus componentes institucionais fundamentais. É provável que essas tendências aumentem o déficit democrático e fortaleçam a “legitimidade” de certos tipos de reivindicações e normas, particularmente as de atores econômicos globais.

Em suma, meu argumento é que a *tensão* entre a) a localização necessária, mas parcial, da globalização em territórios e instituições nacionais e b) um sistema elaborado de direito e administração, que tem consagrado a autoridade territorial nacional exclusiva dos Estados soberanos, tem sido negociada, em parte, por meio de, primeiramente, processos de desnacionalização institucional dentro do Estado nacional e da economia nacional e, em segundo lugar, pela formação de arranjos institucionais intermediários privatizados que são considerados apenas em parte pelo sistema interestatal. Esses arranjos, de fato, evoluem em um mundo institucional paralelo para lidar com as operações transfronteiriças.¹⁷ Em termos de pesquisa, isso significa, entre outras tarefas, estabelecer quais são as novas condições territoriais e institucionais em que os Estados nacionais atuam.

CONCLUSÃO

Este capítulo enfoca dinâmicas e processos globais críticos que revelam diversos aspectos sociológicos. Podemos distinguir de forma bastante ampla três objetos principais de estudo. O primeiro consiste na endogenização ou localização de dinâmicas globais, produzindo um objeto de estudo concreto e situado, como determinados tipos de lugares – cidades globais e vales do silício. Outro consiste em formações que, embora globais, estão articuladas com determinados atores, culturas ou projetos, gerando um objeto de estudo

do que exige negociar uma escala global e uma escala local, como os mercados globais e as redes globais. O terceiro consiste na desnacionalização do que foi construído historicamente como nacional e pode continuar a ser vienciado, representado e codificado como tal; esse processo gera um objeto de estudo que está contido nas estruturas nacionais, mas que precisa ser decodificado, como as instituições estatais que são cruciais na criação dos instrumentos de política necessários para os atores econômicos globais. Esses três tipos de situações envolvem entidades sociais distintas e têm origens diversas. Porém, não necessariamente são mutuamente excludentes.

Permeando esses processos e domínios diversos, há uma agenda de pesquisa e teorização. Os próximos capítulos desenvolvem essa agenda, reunindo diferentes linhas de conhecimento em rápido crescimento em várias disciplinas, algumas enfocando processos ou condições evidentemente globais e outras enfocando processos ou condições locais ou nacionais. Contudo, todas contribuem para a compreensão dos aspectos mais sociais dessas condições e, nesse sentido, contribuem para uma análise sociológica. Essa agenda é motivada por pelo menos algumas das importantes questões apresentadas a seguir.

No nível mais geral, a primeira questão é estabelecer dimensões novas ou adicionais, respectivamente, dos espaços do nacional e do global. Estruturas específicas daquilo que representamos como o global na verdade estão profundamente localizadas dentro dos Estados e outras instituições nacionais e, de um modo mais geral, em territórios encerrados por estruturas legais, administrativas e culturais nacionais. De fato, o que tem sido representado (e, até certo nível, reificado) como a escala do nacional contém uma simultaneidade de escalas, espaços e relações, alguns nacionais no sentido histórico do termo, alguns desnacionalizados ou no processo de ser desnacionalizados, e alguns globais.

Uma segunda preocupação importante é com análises críticas de como conceituamos o local e o subnacional de maneiras que nos permitam detectar aquelas situações – mesmo que possam ser uma minoria – que são, de fato, desnacionalizadas e multiescalares, mesmo quando são representadas e vivenciadas como “simplesmente locais”. As versões multiescalares do local analisadas nos próximos capítulos têm o efeito de desestabilizar a noção de contexto, que costuma assentar-se sobre a do local, e a noção de que a proximidade física é um dos atributos ou marcas do local. Além disso, uma reconceitualização crítica do local nessas linhas acarreta pelo menos uma rejeição parcial da noção de que as escalas locais inevitavelmente fazem parte das hierarquias escalares que vão do

local ao regional, ao nacional e ao internacional. As localidades ou práticas locais podem constituir sistemas multiescalares, atuando através de escalas e não apenas ascendendo na escala como resultado de novas capacidades de comunicação.

Uma terceira preocupação central diz respeito a como conceituar o nacional, especialmente as interações específicas entre a dinâmica global e certos componentes do nacional. A condicionalidade crucial aqui é o encaixe parcial do global no nacional, do qual a cidade global talvez seja emblemática e um dos exemplos mais complexos. Meu principal argumento é que esse encaixamento engendra uma variedade de negociações, na medida que certas estruturas do global habitam e parcialmente desnacionalizam o que foi construído e institucionalizado historicamente como nacional. Esse tipo de foco traz à tona as particularidades de cada Estado, no que tange a suas interações com as forças globais. Embora a maioria dos Estados tenha implementado políticas de apoio à globalização econômica, essas ações não impedem as diferenças institucionais no processo de acomodação. Alguns Estados terão resistido, e outros, aquiescido prontamente. A compreensão dessa interação entre forças globais e nacionais exige estudos detalhados das maneiras específicas em que os diferentes países enfrentaram e institucionalizaram essa negociação.

NOTAS

1. Divergindo um pouco do que emergiu como a principal hipótese na pesquisa sobre globalização – a interdependência crescente – creio que o contexto crítico contra o qual devemos entender a globalização é a maneira em que o nacional tem sido construído no último século ou mais, dependendo do país. A partir daí, vem minha ênfase na desnacionalização: para que as empresas e mercados globais ou subjetividades globais e os direitos humanos possam existir, alguns componentes do nacional devem ser desnacionalizados (Sassen 2006a). Esse foco nos permite compreender a enorme variabilidade entre países, com relação à incorporação ou resistência à globalização; esses processos são moldados em parte pelas especificidades de cada país, sejam elas formais e *de jure* ou informais e *de facto*. Ao mesmo tempo, esse tipo de abordagem evita a armadilha dos estudos comparativos (que colocam os países em cursos paralelos e tendem a padronizar para assim comparar), pois parte da noção de que as condicionalidades de um sistema global são multicêntricas e, assim, devem ser conhecidas em parte por meio de estruturas específicas em diversos países.

2. A melhor fonte sobre os fluxos entre cidades é <http://www.lboro.ac.uk/gawc/>, o *website* do GaWC (Globalization and World Cities).

3. Existem muitos casos que correspondem a essa visão. Por exemplo, traficantes de pessoas que antes atuavam em âmbito regional agora podem atuar globalmente por causa da infraestrutura de comunicações e transferências financeiras criada pela globalização. (Para uma discussão sobre esse argumento específico, ver Sassen, 2000.)

4. Em minhas pesquisas sobre a cidade global, comeci a entender algumas das questões de escalas reificadas. Grande parte da literatura sobre as cidades globais e mundiais faz uma avaliação crítica das questões de escala, mas, com exceções importantes (Taylor, 1995; Brenner, 1998), essa avaliação tende a ser embrionária, subteorizada e pouco explicada. Por outro lado, os estudos sobre a “globalização” reconhecem e teorizam questões de escala, mas muitas vezes permanecem presos à noção de escalas hierárquicas (por exemplo, Swyngedouw, 1997). Considero que entre os estudos em geografia que mais se aproximam em sua conceituação daquilo que desenvolvo neste livro, ainda que enfocando questões muito diferentes, podemos citar as reivindicações de soberania dos povos das primeiras nações (por exemplo, Howitt, 1993; Silvern, 1999; Notzke, 1995). De forma clara, existe um posicionamento particularmente esclarecedor das questões nesse caso, pois, desde o início, há: a) a coexistência de duas reivindicações excludentes sobre um território único, e b) a endogeneidade de ambas reivindicações – a da soberania moderna e a da nação indígena. A parte que importa para esta discussão pode ser reformulada como a coexistência da reivindicação da soberania nacional e a reivindicação do global como endogenizado na soberania desnacionalizada e transformada. (Para uma discussão completa dessa afirmação um tanto abstrata, ver Sassen, 2006a). Esse é um uso bastante particular da escala, no qual a analítica da escala está embendada, por assim dizer, em condições e lutas densas e específicas (ver Amin, 2002 para um tratamento da escala nessas linhas).

5. Várias das dinâmicas reunidas no modelo da cidade global foram analisadas por estudiosos que tinham outros objetivos em mente. Entre eles, estão Castells (1983), Walton (1982), Kratke (1991), Doreen B. Massey (1984), Harvey (1973, 1989) e Häusserman e Siebel (1987). Outros estudiosos analisaram aspectos bastante relacionados a partir de ângulos variados – por exemplo, Robert Cohen (1981), Thrift e Leyshon (1994), Santos, Aparecida de Souza e Silveira (1994), Lo e Yeung (1996) e Komlosy e colaboradores (1997). Para uma das melhores revisões de algumas das questões e modelos urbanos críticos e as fontes associadas a eles, ver Paddison (2001, introdução).

6. Aqui, a análise de Arrighi (1994) é de interesse, pois postula a recorrência de certos padrões organizacionais em diferentes fases da economia capitalista mundial, mas em ordens progressivamente maiores de complexidade e alcance, e programados para seguir ou preceder certas configurações da economia mundial. Nesse modelo, podemos dizer que as cidades mundiais existem há séculos, ao passo que a cidade global é um conceito muito mais específico, no

sentido de que busca compreender a configuração atual e incorpora as enormes complexidades dos atuais sistemas técnico-econômicos.

7. Ao desenvolver essa hipótese, eu estava respondendo à noção bastante comum de que é o número de matrizes que determina se uma cidade é global. Do ponto de vista empírico, em muitos países, ainda pode ser o caso que o principal centro comercial também seja o lugar com a maior concentração de matrizes. Todavia, isso pode se dar pela ausência de opções locais alternativas. Em países com uma infraestrutura bem desenvolvida fora do principal centro de negócios, é provável que haja várias opções locais para essas matrizes.
8. Mesmo que eu restrinja esta discussão àqueles que são descritos como Estados que funcionam efetivamente sob o estado de direito, devemos considerar a possibilidade de haver diferenças consideráveis nos poderes desses Estados. Conforme dito muitas vezes, o governo dos Estados Unidos pode tentar impor condições aos mercados globais e Estados participantes, ao passo que o governo da Argentina, por exemplo, não pode – embora Datz (2007) mostre que eles têm certos poderes.
9. Uso esse termo para diferenciar esse tipo de produção daquele envolvido em criar “leis” ou “jurisprudências” (Sassen, 1996, cap. 1).
10. Essa dominância assume muitas formas e não afeta apenas os países mais pobres e mais fracos. A França, por exemplo, está entre os principais prestadores de serviços de informação e serviços de engenharia industrial na Europa e tem uma posição forte, mesmo de destaque, em serviços financeiros e de seguros. Porém, ela se encontra em uma posição cada vez maior de desvantagem em relação aos serviços jurídicos e contábeis, pois a lei e os padrões anglo-americanos dominam as transações internacionais. As empresas anglo-americanas com escritórios em Paris suprem as necessidades legais de empresas que operam fora da França, sejam elas francesas ou estrangeiras. De maneira semelhante, a lei anglo-americana é cada vez mais dominante na arbitragem comercial internacional, uma instituição baseada em tradições continentais de jurisprudência, particularmente francesa e suíça.
11. Embora seja bem sabido, vale lembrar que essa garantia dos direitos do capital está embutida em um certo tipo de Estado, uma certa concepção dos direitos do capital, e um certo tipo de regime legal internacional: os Estados dos países mais desenvolvidos e mais poderosos do mundo, em noções Ocidentais de contrato e direitos de propriedade, e em novos regimes legais visando promover a globalização econômica, como nas tentativas para fazer os países apoiarem a lei de direitos autorais.
12. Enquanto consideramos essa autonomia como algo dado nos Estados Unidos ou na maioria dos países da União Europeia (embora não todos! O Banco Central da França, antes da formação do Banco Central Europeu, não era considerado totalmente independente do ramo executivo do governo), em muitos países, o ramo executivo do governo ou a oligarquia local há muito têm uma influência indevida nos bancos centrais – de maneira incidental, não necessariamente sempre causando desvantagem para aqueles em situação de desvantagem.

13. Em termos de pesquisa e teorização, esse é um terreno vasto e desconhecido: acarreta analisar como essa produção ocorre e é legitimada. O processo indica a possibilidade de variações transnacionais (que deveriam então ser estabelecidas, mensuradas e interpretadas).
14. Quando desenvolvi o construto da desnacionalização nas Leonard Hastings Schoff Memorial Lectures em 1995 (Sassen, 1996), eu queria denotar uma dinâmica específica. Eu não pretendia que fosse uma noção geral que pudesse ser usada no lugar de *pós-nacional*, *global* ou outros termos do tipo. Nesse sentido, ver o debate em Bosniak e colaboradores (2000).
15. Ver Dezalay e Garth (1996) sobre a arbitragem comercial internacional, Aman 1998, Cutler, Haufler e Porter (1999) e Rodney Bruce Hall e Thomas J. Biersteker (2002) sobre a autoridade privada.
16. Ver, por exemplo, o argumento de Arrighi (1994); ver também o debate em Davis (1999, p. 4).
17. Existem paralelos aqui com uma esfera totalmente diferente de atividade estatal e processos transnacionais: o papel dos tribunais nacionais em implementar instrumentos do regime internacional de direitos humanos, e, em várias novas constituições nacionais, a incorporação de cláusulas que limitam a alegação do Estado nacional de representar toda a sua população em fóruns internacionais (Sassen, 1996, Cap. 3).

A cidade global

recuperando o lugar e as práticas sociais

As principais imagens na caracterização hoje dominante sobre a globalização econômica enfatizam a hiper mobilidade, as comunicações globais e a neutralização do lugar e da distância. Existe uma tendência de se considerar a existência de um sistema econômico global como algo dado, uma função do poder das empresas transnacionais e das comunicações globais. Essa ênfase coloca em primeiro plano tanto o poder quanto os atributos técnicos da economia corporativa global. Porém, uma análise sociológica deve ir além de dados e de atributos. Ela deve examinar a criação dessas condições e suas consequências.

As capacidades de operação, coordenação e controle globais contidas nas novas tecnologias da informação e no poder de corporações transnacionais precisam ser geradas. Concentrando-nos na geração dessas capacidades, acrescentamos uma dimensão negligenciada à questão familiar do poder das grandes corporações e das novas tecnologias. A ênfase muda para as práticas que constituem o que chamamos de globalização econômica e controle global: o trabalho de produzir e reproduzir a organização e a gestão de um sistema de produção global e de um mercado global para as finanças, sob condições de concentração econômica. O foco nas práticas inclui na análise da globalização econômica as categorias do lugar e do processo de produção, categorias facilmente omitidas em explicações centradas na hiper mobilidade do capital e no poder das empresas transnacionais. O desenvolvimento de categorias como o lugar e o processo de produção (mesmo nas finanças) não rejeita a centralidade da hiper mobilidade e do poder. Pelo contrário, essas categorias colocam em primeiro plano o fato de que muitos dos recursos ne-

cessários para atividades econômicas globais não são hipermóveis e, de fato, estão profundamente enraizados em lugares como as cidades globais e as zonas de processamento de exportação, assim como muitos processos de trabalho globais.

Por que é importante recuperar o lugar e a produção na análise da economia global, particularmente quando são constituídos em grandes cidades? É porque ambos nos permitem enxergar a multiplicidade de economias e culturas de trabalho em que está enraizada a economia global da informação. Além disso, também nos permitem recuperar os processos concretos e localizados pelos quais a globalização toma forma e argumentar que grande parte do multiculturalismo nas grandes cidades é tanto parte da globalização quanto são as finanças internacionais. Finalmente, o foco nas cidades nos permite especificar uma geografia de locais estratégicos na escala global, locais ligados entre si pela dinâmica da globalização econômica. Refiro-me a isso como uma nova geografia da centralidade, e uma das questões que isso levanta é se essa nova geografia transnacional também é o espaço para novas políticas transnacionais. Na medida em que uma análise econômica da cidade global recupera a ampla variedade de culturas de emprego e de trabalho que fazem parte da economia global, ainda que não costumem ser vistas dessa forma, nos permite analisar a possibilidade de novas formas de desigualdade que surgem com a globalização econômica. E nos permite detectar novos tipos de política entre trabalhadores tradicionalmente em desvantagem; ou seja, nos permite entender, em seus detalhes empíricos, se operar nessa geografia econômica transnacional, na forma em que se materializa nas cidades globais, faz diferença para aqueles em desvantagem. Essa política da desvantagem seria uma política que surge da participação econômica na economia global, por aqueles que detêm os “outros” empregos nessa economia, sejam operários em zonas de processamento de exportação, costureiras em *sweatshops* em Los Angeles ou faxineiros em Wall Street.

A questão sociológica específica que organiza a análise desse tipo de questão é se estamos realmente vendo novas formas sociais entre velhas condições sociais. Afinal, o poder, a mobilidade do capital, a desvantagem política e econômica, a falta de moradia, as gangues – todos já existiam muito antes da fase atual da globalização. Porém, será que os tipos de poder, mobilidade, desigualdade, falta de moradia, classes profissionais e lares, gangues e políticas que vimos emergir na década de 1980 são suficientemente diferentes daqueles do passado, a ponto de se-

rem novas formas sociais, mesmo que, em um sentido geral, pareçam iguais ao que sempre foram? Meu argumento é que muitas, de fato, são formas sociais novas, pois advêm da especificidade da fase atual. Assim, os detalhes empíricos dessas formas sociais também são uma janela para apreender as características da atual fase da globalização.

Esses são os temas abordados neste capítulo. A primeira seção analisa a possibilidade de que a cidade, um tipo complexo de lugar, tenha mais uma vez se tornado uma lente pela qual podemos analisar processos importantes que desorganizam os arranjos existentes. A segunda seção analisa o papel do lugar e da produção em análises da economia global. Com base nessa recuperação de atividades baseadas no lugar em uma economia global, a terceira seção postula a formação de novas geografias transfronteiras de centralidade e marginalidade constituídas por esses processos de globalização. Retornando às consequências desses processos para os tipos específicos de lugares envolvidos nessas geografias, a quarta seção discute alguns dos elementos que sugerem a formação de uma nova ordem socioespacial nas cidades globais. A quinta seção analisa localizações específicas do global, enfocando mulheres imigrantes em cidades globais. A última seção considera a cidade global como um nexo no qual essas diversas tendências se unem e produzem novos alinhamentos políticos.

A CIDADE: SEU RETORNO COMO UMA LENTE PARA A TEORIA SOCIAL

A cidade há muito é um local estratégico para a exploração de muitos temas importantes que confrontam a sociedade e a sociologia. Porém, ela nem sempre foi um espaço heurístico – um espaço capaz de produzir conhecimento sobre algumas das grandes transformações de uma dada época. Na primeira metade do século XX, o estudo das cidades estava no centro da sociologia. Isso fica evidente no trabalho de Georg Simmel, Max Weber, Walter Benjamin e, de maneira mais proeminente, da escola de Chicago, especialmente Robert Park e Louis Wirth, ambos profundamente influenciados pela sociologia alemã; e, ainda que escrevendo mais adiante, Henri Lefebvre. Esses sociólogos confrontaram processos massivos – a industrialização, a urbanização, a alienação – em uma nova formação cultural, que chamaram de urbanidade. Para eles, estudar a cidade não era apenas estudar o urbano, mas envolvia estudar os principais processos sociais de uma era. Desde então, o estudo da cidade e, com

ele, a sociologia urbana, tem gradualmente perdido seus papéis privilegiados como lentes pelas quais podemos enxergar a disciplina e como geradores de categorias analíticas fundamentais. Existem muitas razões para essa mudança, a mais importante envolve os avanços específicos em métodos e dados na sociologia em geral. É crítico o fato de que a cidade deixou de servir como o fulcro para grandes transformações e, assim, como um local estratégico para pesquisas sobre processos não urbanos. A sociologia urbana passou a se preocupar cada vez mais com o que veio a se chamar de problemas sociais.

Atualmente, a medida que começamos um novo século, a cidade emerge mais uma vez como um local estratégico para entender algumas das principais tendências que reconfiguram a ordem social. A cidade, juntamente com a região metropolitana, é um dos espaços onde grandes tendências macrosociais se materializam e assim podem ser constituídas como objeto de estudo. Entre essas tendências, estão a globalização, o surgimento de novas tecnologias da informação, a intensificação de dinâmicas transnacionais e translocais e a presença e a voz fortalecidas de tipos específicos de diversidade sociocultural. Cada uma dessas tendências tem suas condicionalidades, conteúdo e consequências específicas. O momento urbano é apenas um momento em inúmeras trajetórias complexas multilocalizadas, e isso levanta uma questão importante: pode o estudo sociológico das cidades gerar conhecimento e instrumentos analíticos que nos ajudem a entender as transformações sociais mais amplas em andamento atualmente, como no começo do século passado? Um ponto-chave aqui é se essas transformações maiores revelam materializações urbanas suficientemente complexas e multivalentes para permitir que construamos tais materializações como objetos de estudo. O momento urbano de um processo importante é suscetível de estudo empírico em modos que outras fases desse processo talvez não sejam: o centro financeiro é mais concreto que os fluxos eletrônicos de capital.

Ao mesmo tempo, essa urbanização parcial de dinâmicas importantes reposiciona a cidade como objeto de estudo: o que estamos nominando atualmente quando usamos o construto da cidade? A cidade há muito é um construto discutível, seja em obras antigas (Castells, 1977; Harvey, 1982) ou em trabalhos muito recentes (Brenner, 1998; Lloyd, 2005; Paddison, 2001; Drainville, 2004; Satler, 2006). Atualmente, estamos vendo uma desvinculação parcial do espaço nacional e das hierarquias tradicionais de escala centradas no nacional, com a cidade encaixada em algum ponto entre o local e a região. Essa desvinculação, mesmo que par-

cial, torna problemático conceituar a cidade como encaixada nessas hierarquias. Historicamente, as principais cidades são nós onde uma variedade de processos se entrecruzam em concentrações particularmente acentuadas. No contexto da globalização, muitos desses processos operam em uma escala global que trespassa fronteiras históricas, com as complexidades adicionais que ela traz consigo.

As cidades emergem como um momento territorial ou escalar em uma dinâmica transurbana.¹ A cidade, aqui, não é uma unidade limitada, mas uma estrutura complexa que pode articular uma variedade de processos transfronteiriços e reconstituí-los como uma condição parcialmente urbana (Sassen, 2001). Além disso, esse tipo de cidade não pode ser simplesmente localizado em uma hierarquia escalar que o coloca abaixo do nacional, do regional e do global. Ele é um dos espaços do global, e o aciona diretamente, muitas vezes passando por cima do nacional. Algumas cidades talvez tenham tido essa capacidade muito antes da era atual, mas, hoje em dia, essas condições se multiplicam e amplificam, até o ponto em que podem ser lidas como algo que contribui para uma era urbana qualitativamente diferente.

Os teóricos sociais (por exemplo, Giddens, 1990; Taylor, 1996; Brenner, 1998, 2004; Beck, 2006; Robnson, 2004) analisaram o “estatismo enraizado” que marcou as ciências sociais em geral e se tornou um obstáculo para uma teorização do global por meio de algumas dessas questões. No coração do estatismo enraizado está a premissa explícita ou implícita de que o Estado-Nação é o contendor dos processos sociais. A isso, acrescento dois aspectos já discutidos no Capítulo 3: a correspondência presumida do território nacional com o nacional e a implicação associada de que o nacional e o não nacional são condições mutuamente excludentes. Essas várias premissas funcionam bem para muitos dos temas estudados nas ciências sociais, mas não ajudam a elucidar uma quantidade cada vez maior de situações relacionadas com a globalização e uma variedade de processos transnacionais atualmente em estudo pelos cientistas sociais. E também não ajudam a desenvolver as técnicas de pesquisa necessárias. Além disso, conforme argumento no Capítulo 3, embora descrevam condições que valerem por muito tempo – na maior parte da história do Estado moderno desde a Primeira Guerra Mundial e, em alguns casos, por ainda mais tempo – hoje estamos assistindo a sua desvinculação parcial. Essa desvinculação parcial do nacional tem grandes implicações para nossa análise e teorização de importantes transformações sociais, como a globalização, e para a possibilidade de enfocar a cidade de modo a atingir al-

guns dos aspectos empíricos críticos dessas transformações. Ademais, tem implicações significativas para a cidade, como objeto de estudo.

Concentrar-se na teorização e pesquisa sobre a cidade é uma maneira de evitar esse estatismo enraizado e abordar o reescalonamento de hierarquias espaciais que tem ocorrido. O interesse na cidade como um local para pesquisar as principais dinâmicas contemporâneas é evidente em várias disciplinas, cada uma com seus próprios instrumentos analíticos. Os instrumentos tradicionais da sociologia e da teoria social, incluindo a sociologia urbana, podem acomodar apenas alguns aspectos dessas tendências. A exceção está em uma geração anterior (por exemplo, Castells, 1989; Rodriguez e Feagin, 1986; Goitdiener, 1985; Timberlake, 1985; Chase-Dunn, 1984; King, 1990; Zukin, 1991; Sassen-Koob, 1982, 1984) do que hoje é uma produção sociológica pequena, mas em rápido crescimento, que busca explicitamente teorizar essas novas condições e específicas de forma empírica. Tradicionalmente, outros ramos da sociologia têm usado o momento urbano para construir seu objeto de pesquisa, mesmo quando ele não é urbano. Isso ocorre especialmente porque as cidades também são locais onde tendências importantes interagem de maneiras distintas e muitas vezes complexas, de um modo que não fazem na maior parte dos outros espaços. Hoje em dia, isso tudo se aplica também ao estudo do global em suas localizações urbanas.²

Além do desafio de superar o estatismo enraizado, existe o desafio de recuperar o lugar no contexto da globalização, das telecomunicações e da proliferação de dinâmicas transnacionais e translocais. Talvez seja uma das ironias no começo de um novo século que algumas das antigas questões da escola de sociologia urbana de Chicago devam voltar à tona como um elemento promissor e estratégico da compreensão de certas questões críticas da atualidade. Pode-se perguntar se os métodos desses estudiosos (Parks e Burgess, 1925; Suttles, 1968; ver também Duncan, 1959) teriam algum uso para recuperar a categoria de lugar em uma época em que forças dominantes como a globalização e as telecomunicações parecem indicar que o lugar e os detalhes do local não importam mais. Robert Park e a escola de Chicago conceberam as "áreas naturais" como áreas geográficas determinadas por forças subculturais não planejadas. Essa era uma sociologia urbana que usava o trabalho de campo dentro do modelo da ecologia humana, contribuiu com muitos estudos valiosos que mapearam distribuições detalhadas e propuseram uma complementaridade funcional entre as diversas "áreas naturais" que esses sociólogos identificaram em Chicago.³

Ainda assim, as antigas categorias não são suficientes.⁴ Algumas das principais condições observadas atualmente nas cidades, incluindo o movimento urbano de dinâmicas não urbanas, desafiam as formas vigentes de teorização e análise urbana empírica. O trabalho de campo é um passo necessário para compreender muitos dos novos aspectos da condição urbana, incluindo aqueles relacionados com as principais tendências que este capítulo enfoca. Porém, pressupor complementaridade ou funcionalismo nos traz de volta à noção da cidade como um espaço limitado, ao invés de um local, ainda que estratégico, onde diversos processos transfronteiriços se cruzam e produzem formações socioespaciais distintas. A recuperação do lugar pode ser apenas parcialmente atingida com as técnicas de pesquisa da velha escola de sociologia urbana de Chicago (ver o debate em Dear et al., 2002; Soja, 2000; Déar, 2002; ver também David A. Smith, 1995). Creio que devemos voltar à profundidade de envolvimento com as áreas urbanas a que chegou a escola de Chicago, bem como seu esforço para fazer mapeamentos detalhados. Os tipos de etnografias realizados por Du-neier (1999), Talmadge-Wright (1997), Lloyd (2005); Klinenberg (2002); Small (2004) e Burawoy e colaboradores (2000) e o tipo de análise espacial desenvolvido por Sampson e Raudenbush (2004) são exemplos excelentes, pois usam muitas das mesmas técnicas, mas trabalham com um conjunto diferente de pressupostos básicos.

Todavia, isso é apenas uma parte do desafio de recuperar o lugar. Recuperar o lugar significa recuperar a multiplicidade de presenças nessa paisagem. A grande cidade da atualidade emergiu como um local estratégico para uma variedade de novos tipos de operações – políticas, econômicas, "culturais" e subjetivas (Elijah Anderson, 1990; Lloyd, 2005; Abu-Lughod, 1994; Miles, 2003; Yuval-Davis, 1999; Clark e Hoffmann-Matinot, 1998; Nashashibi, 2007; Allen, Massey e Pryke, 1999; Fincher e Jacobs, 1998; Krause e Petro, 2003; Bartlett, 2007; Hagedorn, 2006). Ela é um dos nexos onde novas reivindicações se materializam e assumem formas concretas. A perda do poder no nível nacional leva à possibilidade para novas formas de poder e política no nível subnacional. Além disso, até onde o nacional como contenedor de processos sociais e poder apresenta rachaduras (por exemplo, Taylor, 1995; Sachar, 1990; Garcia, 2002; Parsa e Keivani, 2002), ele abre possibilidades para uma geografia da política que relaciona espaços subnacionais através das fronteiras. As cidades, em primeiro lugar, estão nessa nova geografia. Uma questão que as novas geógrafias levantam é se estamos assistindo à formação de um novo tipo de política transnacional localizado nessas cidades.

A imigração, por exemplo, é um dos principais processos pelos quais está sendo constituída uma nova economia política transnacional, tanto no nível macro dos mercados de trabalho globais quanto no nível micro de estratégias de sobrevivência domésticas translocais. Ela ainda está enraizada nas principais cidades, pois a maioria dos imigrantes, certamente no mundo desenvolvido, seja nos Estados Unidos, no Japão ou no Oeste Europeu, se concentra nas grandes cidades (Castles e Miller, 2003; Bhachu, 1985; Iredale, et al., 2002; Tsuda, 1998), embora a mudança para cidades menores e subúrbios seja um segundo padrão importante (Light, 2006; Buntin, s/d). Para alguns estudiosos (Castles e Miller, 2003; Sassen, 1998, pt. 1; Ehrenreich e Hochschild, 2003; Skeldon, 1997; Samers, 2002), a imigração é um dos processos constitutivos da globalização atualmente, embora não seja reconhecida ou representada como tal nas principais narrativas da economia global. A cidade é um dos principais locais para o estudo empírico desses fluxos transnacionais e estratégias familiares.

O capital global e a nova força de trabalho imigrante são dois casos importantes de atores transnacionalizados com características tais que constituem cada um deles como um ator unitário que ignora fronteiras, mas que, muitas vezes combate um ao outro dentro das cidades (Sassen, Capítulo 1; Ehrenreich e Hochschild 2003; ver também, por exemplo, Bonilla et al., 1998; Cordero-Guzman, Smith e Grosfoguel, 2001). A pesquisa e a teorização sobre essas questões exigem abordagens que divergem das usadas pelos estudos mais tradicionais de elites políticas, da política partidária local, de associações de bairro, comunidades de imigrantes e outros, a partir dos quais a paisagem política das cidades e regiões metropolitanas foi conceituada tradicionalmente na sociologia.

LUGAR E PRODUÇÃO NA ECONOMIA GLOBAL

A globalização pode ser desconstruída em termos dos locais estratégicos onde processos globais e as relações que os unem se materializam, conforme indicado nos Capítulos 2 e 3. Entre esses locais, estão as zonas de processamento de exportação, centros bancários *offshore* e, em um nível muito mais complexo, as cidades globais. Esses locais geram geografias específicas da globalização e enfatizam o nível em que elas não abrangem o mundo todo.⁵ Além disso, são geografias em mutação que foram transformadas nos últimos séculos e nas últimas décadas.⁶ Mais recentemente, essas geografias inconstantes passaram a incluir o espaço eletrônico.

A geografia geral da globalização contém dinâmicas de dispersão e centralização espaciais, sendo a segunda reconhecida apenas recentemente (Friedmann, 1986; Sassen, 1984).⁷ As evidências mostram que, em condições específicas, a massiva dispersão espacial de atividades econômicas nos níveis metropolitanos, nacional e global, que associamos à globalização, na verdade contribuiu para novas formas de centralização territorial das operações de gestão e controle (Sassen, 1991, 2001). A dispersão espacial da atividade econômica possibilitada pela telemática contribui para a expansão de funções centralizadas territorialmente, se essa dispersão ocorre preservando a concentração do controle, da propriedade e da apropriação de lucros corporativos que caracterizam o sistema econômico atual.⁸ Os mercados nacional e global, bem como as organizações globalmente integradas, exigem locais centrais onde o trabalho da globalização é feito.⁹ Em outro texto (Sassen, 2006a, Capítulos 5 e 7), desenvolvi uma tese sobre as finanças atuais serem cada vez mais intensivas em transações e, assim, aumentarem a importância dos centros financeiros, pois eles contêm as capacidades necessárias para administrar essa transatividade, exatamente em um momento em que os centros assumem características inteiramente novas, devido à informatização. Além disso, as indústrias da informação exigem uma vasta infraestrutura física contendo nós estratégicos com uma hiperconcentração de instalações; devemos distinguir a capacidade de transmissão e comunicações globais das condições materiais que possibilitam essa capacidade. Ademais, as indústrias da informação mais avançadas têm um processo de produção que está, pelo menos em parte, ligado ao lugar, por causa da combinação de recursos que o processo exige, mesmo quando a produção é hipermóvel. Finalmente, a vasta topografia econômica que está sendo implementada através do espaço eletrônico é um momento, um fragmento de um espaço ou cadeia econômica ainda mais vasta, incrustado em grande medida em espaços não eletrônicos. Não existe nenhuma empresa ou indústria totalmente desmaterializada. Mesmo as mais avançadas das indústrias da informação, como as finanças, estão instaladas apenas parcialmente no espaço eletrônico. Da mesma forma, estão as indústrias cujos produtos são digitais, como a criação de *softwares*. A crescente informatização das atividades econômicas não eliminou a necessidade de grandes centros financeiros de negócios e internacionais, ou de vales do silício, e de todos os recursos materiais que eles concentram, desde a infraestrutura telemática mais atualizada até o talento cerebral (Castells, 1989; Graham e Marvin, 1996; Sassen, 1984, 2006a, Capítulos 5, 7 e 8).

De maneira a recuperar a infraestrutura das atividades, empresas e empregos que é necessária para administrar a economia corporativa, incluindo seus setores globalizados, em minhas pesquisas, conceitei as cidades como locais de produção para as principais indústrias da informação de nossa época.¹⁰ Essas indústrias são tipicamente conceituadas em termos da hiper mobilidade de seus produtos e dos elevados níveis de especialização de seus profissionais, e não pelo processo de produção envolvido e pela infraestrutura necessária de instalações e empregos não especializados que também fazem parte dessas indústrias. Uma análise detalhada de economias urbanas baseadas em serviços mostra que existe uma considerável articulação de empresas, setores e trabalhadores que parecem ter pouca conexão com uma economia urbana dominada pelas finanças e serviços especializados, mas que, de fato, cumpre uma série de funções que são parte integrante daquela economia. Porém, isso ocorre em condições de nítida segmentação social, salarial e, muitas vezes, racial ou étnica (Sassen, 2001, Capítulos 8 e 9). No trabalho cotidiano do complexo de serviços dominado pelas finanças, uma grande quantidade dos empregos é de baixa remuneração e manual, sendo muitas vagas ocupadas por mulheres e imigrantes. Embora esses tipos de trabalhos e trabalhadores nunca sejam representados como parte da economia global, eles, de fato, fazem parte da infraestrutura dos empregos envolvidos em administrar e implementar o sistema econômico global, incluindo essa forma avançada que são as finanças internacionais.¹¹ O topo da economia corporativa – as torres corporativas que projetam a excelência em engenharia, a precisão, a *techne* – é muito mais fácil de identificar como necessário para um sistema econômico avançado do que os caminhoneiros e outros trabalhadores que prestam serviços industriais, mesmo que esses trabalhadores sejam um ingrediente necessário.¹² Vemos aqui uma dinâmica de valorização que nitidamente aumentou a distância entre os setores desvalorizados e valorizados – de fato, supervalorizados, da economia.

Para mim, como socióloga, abordar essas questões significa trabalhar em vários sistemas de representação e construir espaços de intersecção. Existem momentos analíticos em que dois sistemas de representação se cruzam. Esses momentos são facilmente vivenciados como espaços de silêncio, de ausência. Um desafio é ver o que acontece nesses espaços ou que operações – de análise, poder ou significado – ocorrem ali. Uma vez são desses espaços de intersecção é o que chamei de zonas de fronteira analíticas (Sassen, 1998, Capítulo 1; 2006a, Capítulo 8). Por que zonas de fronteira? Porque são espaços que são constituídos em termos de des-

continuidades – às descontinuidades aqui se atribui um terreno, ao invés de reduzi-las a uma linha divisória. Muito do meu trabalho sobre a globalização econômica e as cidades enfocou essas descontinuidades e procurou reconstituí-las analiticamente, como zonas de fronteira, mais do que como linhas divisórias. Essa perspectiva produz um terreno dentro do qual essas descontinuidades podem ser reconstituídas em termos de operações econômicas cujas propriedades não são apenas funções dos espaços de cada lado (ou seja, uma redução à condição de linha divisória), mas também, e de forma mais central, são função da própria descontinuidade, estabelecendo-se o argumento de que as descontinuidades são parte integrante, um componente do sistema econômico.

UMA NOVA GEOGRAFIA DE CENTROS E MARGENS

A ascensão de indústrias da informação e o crescimento de uma economia global, duas condições inextricavelmente ligadas, contribuíram para uma nova geografia de centralidade e marginalidade. Essa geografia reproduz em parte as desigualdade existentes, mas é também o resultado de uma dinâmica específica às formas atuais de crescimento econômico. Ela assume muitas formas e atua em muitas arenas, desde a distribuição de instalações de telecomunicações até a estrutura tanto da economia quanto do emprego. As cidades globais acumulam imensas concentrações de poder econômico, ao passo que as cidades que antes eram centros manufatureiros sofrem declínios imensuráveis; os centros das cidades e centros de negócios em áreas metropolitanas recebem investimentos enormes em termos imobiliários e de telecomunicações, enquanto as áreas metropolitanas e urbanas de baixa renda ficam à míngua por recursos; os trabalhadores com maior formação educacional no setor corporativo enxergam sua renda aumentar a níveis inusitados, enquanto os operários e trabalhadores com pouca ou média formação enxergam a sua afundar. Os serviços financeiros geram lucros enormes, enquanto os serviços industriais mal conseguem sobreviver.¹³

A mais poderosa das novas geografias da centralidade no nível global conecta os grandes centros financeiros e de negócios internacionais: Nova York, Londres, Paris, Frankfurt, Zurique, Amsterdã, Los Angeles, Toronto, Sydney e Hong Kong, entre outros. Porém, essa geografia hoje também inclui cidades como Bangkok, Taipei, São Paulo e a Cidade do México. A intensidade das transações entre essas cidades, particularmen-

te nos mercados financeiros, no comércio de serviços e investimentos, aumentou notavelmente, assim como as ordens de magnitude envolvidas (por exemplo, Sassen, 2006b, Capítulo 2; Taylor 2004).¹⁴ Ao mesmo tempo, existe um aumento da desigualdade na concentração de atividades e recursos estratégicos em cada uma dessas cidades, em comparação com outras cidades nos mesmos países.¹⁵ Ao lado dessas novas redes globais e regionais de cidades, existe um vasto território que está se tornando cada vez mais periférico e cada vez mais excluído dos principais processos econômicos que alimentam o crescimento econômico global. Antigos centros industriais e cidades portuárias importantes perderam funções ou encontram-se em declínio, não apenas nos países menos desenvolvidos, mas também nas economias mais avançadas. De maneira semelhante, na avaliação das formas de mão de obra, a supervalorização de serviços especializados e trabalhadores profissionais tem marcado muitos dos "outros" tipos de atividades econômicas e trabalhadores como desnecessários ou irrelevantes para a economia avançada.

Existem outras formas dessa delimitação segmentada daquilo que é e que não é um exemplo da nova economia global. Por exemplo, a noção dominante da globalização reconhece que existe uma classe internacional de profissionais e ambientes de negócios altamente internacionalizados, por causa da presença de empresas e funcionários estrangeiros. O que não foi reconhecido é a possibilidade de estarmos assistindo a um mercado de trabalho internacionalizado para trabalhadores manuais e prestadores de serviços de baixos rendimentos, ou de existir um ambiente de negócios internacionalizado em muitas comunidades imigrantes. Esses processos continuam a ser tratados em termos de imigração, uma narrativa enraizada em um período histórico anterior. Isso sugere que existem instâncias do global ou do transnacional que não foram reconhecidas como tal, ou que são contestadas. Entre elas, está a questão da imigração, bem como da multiplicidade de ambientes de trabalho para os quais ela contribui, nas grandes cidades, muitas vezes classificados sob as noções de economia étnica e economia informal. Creio que grande parte do que ainda narramos na linguagem da imigração e da etnia, na verdade, é uma série de processos que têm a ver com, em primeiro lugar, a globalização da atividade econômica, da atividade cultural e da formação de identidades e, em segundo, a racialização cada vez mais acentuada da segmentação do mercado de trabalho. Desse modo, aqueles componentes do processo de produção na economia avançada e global da informação que ocorrem em ambientes de trabalho de imigrantes são componentes que não são reconhecidos

como parte dessa economia global da informação. A imigração e a etnia são constituídas como alteridade. Entendê-las como um conjunto de processos pelos quais os elementos globais são localizados, os mercados de trabalho internacionais são constituídos, e culturas de todo o mundo são desterritorializadas e reterritorializadas, coloca-as exatamente no centro, juntamente com a internacionalização do capital, como um aspecto fundamental da globalização (ver Capítulo 5).

Como se deram esses novos processos de valorização e desvalorização e as desigualdades que eles produzem? Esse é o tema abordado na próxima seção.

ELEMENTOS DE UMA NOVA ORDEM SOCIOESPACIAL

A implantação de processos globais em grandes cidades significou que o setor internacionalizado da economia urbana expandiu-se intensamente e impôs um novo conjunto de critérios para a valoração ou precificação de atividades ou resultados econômicos. Essa tendência teve efeitos devastadores em grandes setores da economia urbana. Não foi apenas uma transformação quantitativa; vemos aqui os elementos de um novo regime econômico e suas expressões socioespaciais. Esse regime assume formas distintas na organização espacial da economia urbana, nas estruturas de reprodução social e na organização do processo de trabalho. Nessas tendências para formas múltiplas de polarização repousam as condições para a criação da pobreza e marginalidade urbanas centradas no emprego e para a formação de novas classes.

A ascensão da economia dos serviços especializados, particularmente o novo complexo de serviços financeiros e corporativos, gera o que pode ser visto como um novo regime econômico, pois, embora esse setor represente apenas uma fração da economia de uma cidade, ele se impõe sobre a economia mais ampla. Uma dessas pressões é rumo à polarização, como ocorre com a possibilidade de lucros excessivos nas finanças ou no desenvolvimento imobiliário de alto nível, que contribui para a desvalorização da indústria de transformação, de serviços de baixo valor agregado e da construção de casas para a classe média, pois esses setores não geram grandes lucros. A capacidade de gerar superlucros em muitas das principais indústrias está enraizada em uma combinação complexa de novas tendências: tecnologias que possibilitam a hipermobilidade do capital na escala global e a desregulamentação de diversos mercados,

que permite a implementação dessa hipermobilidade; invenções financeiras como a securitização, que dá liquidez ao capital até aqui desprovido dela e permite que ele circule, gerando, assim, lucros adicionais. A complexidade e especialização crescentes dos serviços corporativos envolvidos contribuiu para sua valorização, conforme ilustram os inusitados aumentos de salário observados a partir da década de 1980 para os profissionais de alto nível. A globalização também aumenta a complexidade desses serviços, seu caráter estratégico e seu glamour e, com eles, sua supervalorização.

A presença de uma massa crítica de empresas com capacidades extrinsecamente elevadas de lucrar contribui para a elevação dos preços de serviços comerciais, serviços industriais e outras necessidades empresariais, tornando assim cada vez mais precária a sobrevivência de empresas com capacidades moderadas de gerar lucros. E, embora essas empresas sejam essenciais para a operação da economia urbana e para as necessidades cotidianas de uma cidade, sua viabilidade econômica é ameaçada em uma situação em que as finanças e os serviços especializados podem gerar lucros exorbitantes. Os preços elevados e os elevados níveis de lucratividade no setor internacionalizado e em suas empresas auxiliares, como restaurantes e hotéis de alto nível, tornam cada vez mais difícil para outros setores competirem por espaço e investimento. Muitos desses outros setores tiveram uma decadência considerável e/ou foram deslocados – por exemplo, lojas de bairro modestas substituídas por boutiques chiques e restaurantes que atendem a nova elite urbana de alta renda.

Sempre houve desigualdade nas capacidades lucrativas de diferentes setores da economia. Porém, o que vemos acontecer atualmente ocorre em outra ordem de magnitude e tem gerado distorções massivas nas operações de diversos mercados, incluindo habitação e trabalho. Por exemplo, a polarização da renda entre empresas e entre lares contribui, segundo minha leitura (Sassen, 2001, Capítulo 9), para a informalização de uma variedade crescente de atividades econômicas em economias urbanas avançadas. Quando empresas com capacidade lucrativa baixa ou modesta têm uma demanda contínua, se não crescente, por seus produtos e serviços; de lares e empresas, em uma cidade onde um setor significativo da economia lucra excessivamente, elas, muitas vezes, não conseguem competir, mesmo que haja uma demanda efetiva para o que produzem. Atuar de maneira informal acaba sendo uma das poucas maneiras pelas quais essas empresas conseguem sobreviver – por exemplo, usando espaço fora do zoneamento para usos comerciais ou industriais, como o porão em uma área residencial ou espaço que não é permitido por gerar riscos à saúde, incêndio ou contrariar

outros padrões para locais de trabalho. De maneira semelhante, as novas empresas em setores de baixa lucratividade, que entram em um mercado forte para seus produtos e serviços, apenas podem fazê-lo na informalidade. Outra opção para empresas com pouca capacidade lucrativa é terceirizar uma parte do seu trabalho para operações informais.¹⁶ A recomposição das fontes de crescimento e de lucros que essas transformações acarretam também contribui para a reorganização de alguns componentes da reprodução social ou do consumo. O rápido crescimento de setores de atividade com concentrações pesadas de empregos de altos e de baixos rendimentos assume formas distintas na estrutura do consumo, o que, por sua vez, tem um efeito de *feedback* na organização do trabalho e nos tipos de empregos criados. A expansão da força de trabalho altamente remunerada, juntamente com a emergência de novas formas culturais, levou a um processo de enobrecimento da alta renda que se baseia, em última análise, na disponibilidade de um vasto suprimento de trabalhadores com salários baixos. Já as necessidades de consumo da população de baixa renda em grandes cidades são parcialmente satisfeitas por estabelecimentos fabris e varejistas que são pequenos, usam mão de obra familiar e muitas vezes não cumprem os mínimos padrões de segurança e saúde. Roupas baratas, produzidas em fábricas locais, por exemplo, podem competir com produtos de baixo custo importados da Ásia. Existe uma variedade cada vez maior de produtos e serviços, desde móveis de baixo custo feitos em porões a táxis e creches ilegais, para atender a demanda da crescente população de baixa renda. Resultando, embora os estratos médios ainda constituam a maioria, as condições que contribuíram para sua expansão e poder político-econômico nas décadas do pós-guerra – a centralidade da produção em massa e do consumo em massa no crescimento econômico e na realização de lucros – foram substituídas por novas fontes de crescimento. Essa substituição se encontra em seu grau mais claro nas cidades globais.

Podemos pensar nessas mudanças como constituindo novas geografias da centralidade que atravessam a velha linha divisória entre os países pobres e ricos, e novas geografias da marginalidade, que se tornou cada vez mais evidente, não apenas no mundo menos desenvolvido, mas também dentro de países bastante desenvolvidos. Nas grandes cidades do mundo desenvolvido e em desenvolvimento, vemos uma nova geografia de centros e margens, que não apenas contribui para fortalecer as desigualdades existentes, como também coloca em movimento uma série de novas dinâmicas de desigualdade. Os novos tipos de informalização evidentes em cidades globais representam uma dessas novas dinâmicas

(Venkatesh, 2006; Buechler, 2007). Podemos conceituar a informalização em economias urbanas avançadas atualmente como o equivalente sistêmico daquilo que chamamos de desregulamentação no topo de economia (ver Sassen, 1998, Capítulo 8). Tanto a desregulamentação de um número crescente de avançadas indústrias da informação quanto a informalização de um número crescente de setores com pouca capacidade lucrativa podem ser conceituadas como ajustes, sob condições em que os novos avanços econômicos e as velhas regulamentações entram em tensão crescente.¹⁷ As “fraturas regulatórias” são um conceito que usei para explicar essa condição e não reduzi-la às noções de crime e violação.

AS LOCALIZAÇÕES DO GLOBAL

A globalização econômica, desse modo, deve ser entendida em suas diversas localizações e não apenas em termos dos processos amplos, abrangentes e de nível macro que dominam a noção vigente. Além disso, devemos enxergar que certas localizações geralmente não são codificadas como parte da economia global. Aqui, quero enfatizar tanto localizações reconhecidas quanto ignoradas do global. A cidade global é uma materialização estratégica de localizações múltiplas. Muitas dessas localizações estão inseridas na transição demográfica evidente nas cidades, onde a maioria dos trabalhadores residentes é de imigrantes e/ou mulheres, com frequência mulheres de cor. Essas cidades estão assistindo a uma expansão dos empregos malremunerados que não se encaixam nas imagens superiores da globalização, mas fazem parte dela. O fato de que esses empregos são ocupados principalmente por imigrantes, cidadãos de minorias e mulheres em situação de desvantagem social aumenta sua invisibilidade e contribui para a desvalorização desse tipo de trabalhador e cultura ocupacional, e para a “legitimidade” dessa desvalorização.

Essa desvalorização de trabalhadores em setores em crescimento é uma ruptura com a tradicional dinâmica pela qual a participação nos setores econômicos de ponta contribui para o empoderamento dos trabalhadores, um processo por muito tempo evidente em economias ocidentais industrializadas. As mulheres e os imigrantes substituem a categoria fordista de mulheres e crianças que recebiam um salário como família (Sassen 1998, Capítulo 5; Ehrenreich e Hochschild 2003; Parreñas 2002).¹⁸ A reestruturação econômica em cidades globais, uma das localizações da dinâmica global, tem gerado um grande crescimento da demanda por traba-

lhadores de baixo salário e por empregos que oferecem poucas possibilidades de avanço. As mulheres e os imigrantes emergem como o suprimento de mão de obra que facilita a imposição de baixos salários e ausência de poder, sob condições de uma demanda elevada por esses trabalhadores e a localização desses empregos em setores de grande crescimento. Isso rompe o nexo histórico que teria levado a empoderar os trabalhadores e legítima culturalmente o rompimento. Está ocorrendo em meio a uma explosão de riqueza e de poder concentrados em cidades globais – ou seja, sob condições em que também há uma expansão visível dos trabalhos de alta remuneração.

Outra localização dessa desvalorização, raramente associada à globalização, é a informalização discutida antes. Ela reintroduz a comunidade e o lar como espaços econômicos importantes em cidades globais. Nesse cenário, a informalização é o equivalente de baixo custo – e muitas vezes feminilizado – da desregulamentação no topo do sistema. Como ocorre com a desregulamentação (por exemplo, a desregulamentação financeira), a informalização introduz flexibilidade, reduz os “fardos” da regulamentação e diminui os custos – nesse caso, os custos da mão de obra e dos padrões do local de trabalho, em particular. A informalização nas grandes cidades de países muito desenvolvidos (seja Nova York, Londres, Paris ou Berlim) pode ser vista como a depreciação de uma variedade de atividades para as quais existe uma demanda efetiva. A informalização também traz consigo uma desvalorização e uma competição enorme entre trabalhadores pobres, devido aos custos baixos de entrada e às poucas formas alternativas de emprego. Entrar para o mercado informal é uma maneira de produzir e distribuir bens e serviços a um custo menor e com maior flexibilidade. Os imigrantes e as mulheres, ambos atores importantes nas novas economias informais das cidades globais, absorvem os custos da informalização (ver Sassen, 1998, Capítulo 8; Buechler, 2007).

A reconfiguração de espaços econômicos associada à globalização em cidades importantes tem tido efeitos diferentes sobre homens e mulheres, sobre as culturas de trabalho masculina e feminina e sobre formas de poder e empoderamento centradas em homens e mulheres. A reestruturação do mercado de trabalho traz consigo a transposição de funções deste para o lar ou a comunidade. As mulheres e o lar emergem como pontos que devem fazer parte da teorização das formas sociais específicas produzidas por essa dinâmica econômica. Em comparação, o fordismo e a produção em massa geralmente afastavam do trabalho remunerado as mulheres e o lar. Independentemente de seus muitos aspectos negativos, essas transformações contêm possibilidades, mesmo que

limitadas, para a autonomia e o empoderamento das mulheres. Por exemplo, podemos perguntar se o crescimento da informalização em economias urbanas avançadas reconfigura algumas relações econômicas entre homens e mulheres. Com a informalização, a vizinhança e o lar reemergem como locais para atividades econômicas. Essa condição tem suas próprias possibilidades dinâmicas para as mulheres. A depreciação econômica por meio da informalização cria “oportunidades” para mulheres trabalhadoras e empreendedoras de baixa renda e, com elas, reconfigura algumas das hierarquias ocupacionais e domésticas em que as mulheres se encontram, particularmente para mulheres imigrantes de países com culturas muito tradicionais centradas no homem. Existe uma grande literatura que mostra que o trabalho remunerado das mulheres imigrantes e seu acesso melhor a outros domínios públicos afetam suas relações de gênero (Fernandez-Kelly e Shefner, 2005; Kofman, et al. 2000; Ribas-Mateos, 2005).

As mulheres imigrantes adquirem, relativamente, maior autonomia pessoal e independência, enquanto os homens perdem espaço. Elas adquirem mais controle sobre o orçamento e outras decisões domésticas e maior força para solicitar que os homens ajudem com as tarefas domésticas. Além do empoderamento relativamente maior de mulheres no lar, associado ao emprego assalariado, há um segundo resultado importante: sua participação maior na esfera pública e sua emergência possível como atores públicos. Elas são as únicas na família que acessam os serviços públicos. Isso lhes dá uma chance de serem incorporadas no fluxo principal da sociedade e de serem aquelas que farão a mediação entre o lar e o Estado. Existem duas arenas públicas em que as mulheres imigrantes são ativas: instituições de assistência pública e privada e a comunidade imigrante ou étnica (Chinchilla e Hamilton, 2001). Por exemplo, Hondagneu-Sotelo (1994) observa que as mulheres imigrantes passaram a assumir papéis públicos e sociais mais ativos, reforçando ainda mais o seu status no lar e no processo de fixação. As mulheres são mais ativas do que os homens na construção da comunidade e no ativismo comunitário e se posicionam de maneira diferente do que os homens em relação à economia mais ampla e ao Estado (Moghaddan, 2005). Elas têm maior probabilidade de lidar com a vulnerabilidade legal da família no processo de buscar serviços públicos e sociais. Essa participação maior das mulheres sugere a possibilidade de que elas possam emergir como atores mais fortes e mais visíveis. Existe, até certo ponto, a união de duas dinâmicas na condição desses segmentos da força de trabalho feminina de baixa renda em cidades globais. Por um lado, elas se constituem como uma classe in-

visível e privada de poder de trabalhadores a serviço dos setores estratégicos da economia global (Ehrenreich e Hochschild, 2003). Essa invisibilidade as impede de emergir como algo que pudesse ser o equivalente contemporâneo da “aristocracia operária” de formas anteriores de organização econômica, nas quais a posição de um trabalhador de baixa renda em setores importantes tinha o efeito de empoderar aquele trabalhador (pois permitia a possibilidade de sindicalização). Por outro lado, o acesso (ainda que baixo) a rendas e salários, a crescente feminização da mão de obra, e a crescente feminização das oportunidades de negócios como consequência da informalização alteram as hierarquias de gênero em que as mulheres se encontram (Buechler, 2007).¹⁹

É provável que algumas mulheres se beneficiem mais que outras dessas circunstâncias; precisamos de mais pesquisas para estabelecer o impacto da classe, da educação e da renda sobre esses resultados referentes ao gênero (ver Chesney-Lind e Hagedorn, 1999).

A CIDADE GLOBAL: UM NEXO PARA NOVOS ALINHAMENTOS POLÍTICO-ECONÔMICOS

O que torna estratégicos os processos acima descritos, mesmo que envolvam trabalhadores desprovidos de poder e muitas vezes invisíveis, é que essas cidades globais também são locais estratégicos para a valorização das novas formas de capital corporativo global, conforme descrito na primeira seção deste capítulo. Tipicamente, a análise da globalização da economia privilegia a reconstrução do capital como uma presença internacionalizada, e enfatiza o caráter de vanguarda dessa reconstrução. Ao mesmo tempo, permanece absolutamente calada quanto a outro elemento crucial da transnacionalização, que alguns, como eu, consideram a contrapartida do capital: a transnacionalização do trabalho, para além de profissionais de alto nível. Ainda usamos a linguagem da imigração para descrever trabalhadores transnacionais de baixa renda.²⁰ Essa análise também ignora a transnacionalização na formação de identidades e lealdades entre diversos segmentos da população que rejeitam explicitamente a comunidade imaginada da nação. Com essa rejeição, vêm novas solidariedades e noções de pertencimento. As grandes cidades emergiram como locais estratégicos tanto para a transnacionalização do trabalho quanto para a formação de identidades transnacionais. Nesse sentido, elas formam um local para novos tipos de políticas, incluindo política transnacionais.

As cidades são o terreno em que pessoas de muitos países estão mais propensas a se encontrar, e uma multiplicidade de culturas pode entrar em contato. O caráter internacional das grandes cidades não está apenas em sua infraestrutura de telecomunicações e empresas internacionais, mas também nos muitos ambientes culturais em que seus trabalhadores vivem. Não se pode mais pensar em centros de negócios e finanças internacionais simplesmente em termos de suas torres empresariais e sua cultura corporativa. A grande cidade ocidental de hoje concentra a diversidade. Seus espaços estão marcados pela cultura corporativa dominante, mas também por uma multiplicidade de outras culturais e identidades. O deslocamento é evidente: a cultura dominante somente pode abranger uma parte da cidade.²¹ E, embora o poder corporativo inclua essas culturas e identidades na "alteridade", desvalorizando-as assim, elas estão presentes em toda parte. Por exemplo, por meio da imigração, uma proliferação de culturas originalmente muito localizadas se torna presente em muitas grandes cidades. Uma variedade imensa de culturas do mundo todo, cada uma enraizada em um determinado país ou aldeia, hoje é reterritorializada em alguns locais, como Nova York, Los Angeles, Paris, Londres, Amsterdã e, mais recentemente, Tóquio.²² As cidades globais de hoje são, em parte, os espaços do pós-colonialismo e, de fato, contêm condições para a formação de um discurso pós-colonialista (ver Stuart Hall, 1991; King, 1990; Rivas-Mateos, 2005; Tsuda, 1999).²³

A imigração e a etnicidade costumam ser constituídas como alteridade. Entendê-las como um conjunto de processos por meio dos quais elementos globais são localizados, mercados laborais internacionais são constituídos e culturas de todo o mundo são desterritorializadas coloca-as no centro do palco, juntamente com a internacionalização do capital, como um aspecto fundamental da globalização de hoje. Além disso, essa maneira de narrar os eventos de migração do pós-guerra capta o peso atual do colonialismo e de formas pós-coloniais de império sobre os grandes processos da globalização atual, especificamente aqueles que conectam países em emigração e imigração (ver Capítulo 5). Embora a gênese e o conteúdo específicos de sua ressonância variem de caso para caso e de período para período, nenhum dos grandes países de imigração é espectador inocente: seu passado como potência colonial em muitos dos países que hoje têm emigração ainda perdura (Sassen, 1998, 1999c). A centralidade das cidades globais na imigração, incluindo seu papel como fronteira pós-colonial, engendra uma abertura econômica e política transnacional na formação de novas reivindicações, da parte de imigrantes e cidadãos das minorias (Hamilton e Chinchilla,

2001; Farrer, 2007; Stasiulis e Yuval-Davis, 1995). As cidades globais emergiram como um local para reivindicações tanto do capital global, que usa a cidade como uma "mercadoria organizacional", quanto de setores da população urbana em desvantagem, que muitas vezes são uma presença tão internacionalizada nas grandes cidades quanto o capital.

Vejo isso como um tipo de abertura política que contém capacidades unificadoras entre as fronteiras nacionais e o acirramento de conflitos dentro dessas fronteiras. O capital global e a nova mão de obra imigrante são duas categorias transnacionais importantes, cada uma com propriedades internamente unificadoras e em contestação mútua nas cidades globais. Os principais setores do capital corporativo hoje são globais em sua organização e em suas operações. E muitos dos trabalhadores desprivilegiados em cidades globais são mulheres, imigrantes e pessoas de cor, grupos com uma relação fundamentalmente problemática com o Estado nacional (Chatterjee, 1993, Capítulos 1, 6 e 7; Crenshaw et al., 1996; Geddes, 2003; Schiffauer et al., 2006). A cidade global é um local estratégico para suas operações econômicas e políticas.

É menos provável que a conexão das pessoas com o território, na forma como ele se encontra constituído em cidades globais, seja intermediada pelo Estado nacional ou pela "cultura nacional" do que em outros tipos de locais, como os subúrbios ou as cidades pequenas. Nas cidades globais, o afrouxamento das identidades de suas fontes tradicionais, notadamente a nação ou a aldeia (Yaeger, 1996; Nashashibi, 2007), pode levar a novas noções de comunidade de pertencimento e direito. Outra maneira de pensar sobre as implicações políticas desse espaço transnacional estratégico é a noção da formação de novas reivindicações sobre esse espaço. A globalização econômica tem moldado parcialmente a formação de novas reivindicações e, assim, de novos direitos, um processo que é muito mais claro no caso de empresas estrangeiras do que no dos imigrantes.²⁴

As empresas estrangeiras e os executivos internacionais estão entre os novos "usuários da cidade" (Martinotti, 1993) que marcam profundamente a paisagem urbana. Talvez no outro extremo estejam aqueles que usam a violência política urbana para fazer suas reivindicações sobre a cidade, reivindicações que carecem da legitimidade *de facto* de que desfrutam os executivos internacionais (Body-Gendrot, 1999; Hagedorn, 2006). Essas são reivindicações feitas por atores que lutam por reconhecimento, prerrogativas e por seus direitos à cidade.²⁵ Existe algo a ser compreendido aqui: uma distinção entre impotência e a condição de ser um ator ou sujeito político, mesmo não tendo poder. Uso a palavra *presença* para no-

meiar essa condição. No contexto de um espaço estratégico como a cidade global, os tipos de pessoas desprivilegiadas descritas aqui não são apenas marginais; elas adquirem presença em um processo político mais amplo que escapa aos limites da comunidade política formal. Essa presença indica a possibilidade de uma política. Qual será essa política dependerá dos projetos e práticas específicos de diversas comunidades (Drainville, 2004; Bartlett, 2007). Se o sentido de pertencimento dessas comunidades não for subsumido no nacional, ele pode muito bem indicar a possibilidade de uma política transnacional centrada em localidades concretas.

CONCLUSÃO

As grandes cidades ao redor do mundo são o terreno onde uma multiplicidade de processos de globalização assume formas concretas e localizadas. Essas formas são, em boa medida, o que a globalização quer dizer. Se considerarmos também que uma proporção cada vez maior de populações em desvantagem social – imigrantes na Europa e nos Estados Unidos, afro-americanos e latinos nos Estados Unidos, migrantes rurais na Ásia, massas de moradores de favelas nas megacidades do mundo em desenvolvimento – concentra-se nas grandes cidades, podemos ver que as cidades se tornaram espaços estratégicos onde ocorre uma série de conflitos e contradições. Podemos então pensar nas cidades como um dos locais onde as contradições da globalização do capital podem se manifestar. Por um lado, as grandes cidades concentram uma quantidade desproporcional do poder corporativo e são um dos principais locais para a supervalorização da economia corporativa; por outro lado, concentram uma quantidade desproporcional de indivíduos em desvantagem social e são um dos principais lugares para sua desvalorização. Essa presença conjunta ocorre em um contexto em que, primeiramente, a transnacionalização de economias aumentou nitidamente e as cidades se tornaram cada vez mais estratégicas para o capital global e, em segundo, as pessoas marginalizadas encontraram sua voz e estão fazendo suas próprias reivindicações sobre a cidade. Essa presença conjunta também é colocada em foco pelo aumento da distância entre os dois.

A enormidade da experiência urbana, a presença avassaladora de arquiteturas imensas e infraestruturas densas, bem como a irresistível lógica da utilidade que organiza grande parte dos investimentos das cidades de hoje, geraram deslocamento e estranhamento entre muitos indivíduos e comunidades inteiras. Essas condições alteram as velhas noções e

experiências da cidade em geral e do espaço público em particular. Embora os espaços públicos monumentalizados das cidades europeias permaneçam sendo locais vibrantes para rituais e rotinas, para demonstrações e festivais, cada vez mais a sensação geral é de mudança de um espaço urbano cívico para um espaço urbano politizado, com fragmentações ao longo de diferenças múltiplas.

O espaço constituído pela malha mundial de cidades globais, um espaço com novas potencialidades econômicas e políticas, talvez seja um dos espaços mais estratégicos para a formação de novos tipos de políticas, identidades e comunidades, incluindo aquelas transnacionais. Esse é um espaço centrado no lugar, no sentido de que está enraizado em locais específicos e estratégicos, e transterritorial, no sentido de que conecta locais que não são geograficamente próximos, mas que são intensamente conectados entre si. Não é apenas a transmigração do capital que ocorre nessa malha global, mas também a de pessoas, tanto ricas (como a nova força de trabalho qualificada transnacional) quanto pobres (a maioria dos trabalhadores migrantes), e é um espaço para a transmigração de formas culturais, ou a reterritorialização de subculturas “locais”. Uma questão importante é se ele também é um espaço para uma nova política, que vá além da política de cultura e identidade, embora, pelo menos em parte, provavelmente esteja inserida nelas. A análise apresentada neste capítulo sugere que sim.

A centralidade do lugar no contexto de processos globais leva a uma abertura econômica e política transnacional na formação de novas reivindicações e, assim, na constituição de direitos – notadamente, direito ao lugar – e, finalmente, na constituição de novas formas de “cidadania” e na diversificação de práticas de cidadania. A cidade global emergiu como um local para novas reivindicações: do capital global, e dos novos usuários da cidade e de setores da população urbana em situação de desvantagem, uma presença frequentemente tão internacionalizada quanto os primeiros. A desnacionalização do espaço urbano e a formação de novas reivindicações centras em atores transnacionais e envolvendo a contestação constituem a cidade global como uma zona de fronteira para um novo tipo de relação.

NOTAS

1. Teorizei sobre isso em termos da rede de cidades globais, na qual essas cidades são, em parte, função da rede. Por exemplo, o crescimento dos centros financeiros de Nova Iorque e Londres é alimentado por aquilo que flui através da

meiar essa condição. No contexto de um espaço estratégico como a cidade global, os tipos de pessoas desprivilegiadas descritas aqui não são apenas marginais; elas adquirem presença em um processo político mais amplo que escapa aos limites da comunidade política formal. Essa presença indica a possibilidade de uma política. Qual será essa política dependerá dos projetos e práticas específicos de diversas comunidades (Drainville, 2004; Bartlett, 2007). Se o sentido de pertencimento dessas comunidades não for subsumido no nacional, ele pode muito bem indicar a possibilidade de uma política transnacional centrada em localidades concretas.

CONCLUSÃO

As grandes cidades ao redor do mundo são o terreno onde uma multiplicidade de processos de globalização assume formas concretas e localizadas. Essas formas são, em boa medida, o que a globalização quer dizer. Se considerarmos também que uma proporção cada vez maior de populações em desvantagem social – imigrantes na Europa e nos Estados Unidos, afro-americanos e latinos nos Estados Unidos, migrantes rurais na Ásia, massas de moradores de favelas nas megacidades do mundo em desenvolvimento – concentra-se nas grandes cidades, podemos ver que as cidades se tornaram espaços estratégicos onde ocorre uma série de conflitos e contradições. Podemos então pensar nas cidades como um dos locais onde as contradições da globalização do capital podem se manifestar. Por um lado, as grandes cidades concentram uma quantidade desproporcional do poder corporativo e são um dos principais locais para a supervalorização da economia corporativa; por outro lado, concentram uma quantidade desproporcional de indivíduos em desvantagem social e são um dos principais lugares para sua desvalorização. Essa presença conjunta ocorre em um contexto em que, primeiramente, a transnacionalização de economias aumentou nitidamente e as cidades se tornaram cada vez mais estratégicas para o capital global e, em segundo, as pessoas marginalizadas encontraram sua voz e estão fazendo suas próprias reivindicações sobre a cidade. Essa presença conjunta também é colocada em foco pelo aumento da distância entre os dois.

A enormidade da experiência urbana, a presença avassaladora de arquiteturas imensas e infraestruturas densas, bem como a irresistível lógica da utilidade que organiza grande parte dos investimentos das cidades de hoje, geraram deslocamento e estranhamento entre muitos indivíduos e comunidades inteiras. Essas condições alteram as velhas noções e

experiências da cidade em geral e do espaço público em particular. Embora os espaços públicos monumentalizados das cidades europeias permaneçam sendo locais vibrantes para rituais e rotinas, para demonstrações e festivais, cada vez mais a sensação geral é de mudança de um espaço urbano cívico para um espaço urbano politizado, com fragmentações ao longo de diferenças múltiplas.

O espaço constituído pela malha mundial de cidades globais, um espaço com novas potencialidades econômicas e políticas, talvez seja um dos espaços mais estratégicos para a formação de novos tipos de políticas, identidades e comunidades, incluindo aquelas transnacionais. Esse é um espaço centrado no lugar, no sentido de que está enraizado em locais específicos e estratégicos, e transterritorial, no sentido de que conecta locais que não são geograficamente próximos, mas que são intensamente conectados entre si. Não é apenas a transmigração do capital que ocorre nessa malha global, mas também a de pessoas, tanto ricas (como a nova força de trabalho qualificada transnacional) quanto pobres (a maioria dos trabalhadores migrantes), e é um espaço para a transmigração de formas culturais, ou a reterritorialização de subculturas “locais”. Uma questão importante é se ele também é um espaço para uma nova política, que vá além da política de cultura e identidade, embora, pelo menos em parte, provavelmente esteja inserida nelas. A análise apresentada neste capítulo sugere que sim.

A centralidade do lugar no contexto de processos globais leva a uma abertura econômica e política transnacional na formação de novas reivindicações e, assim, na constituição de direitos – notadamente, direito ao lugar – e, finalmente, na constituição de novas formas de “cidadania” e na diversificação de práticas de cidadania. A cidade global emergiu como um local para novas reivindicações: do capital global, e dos novos usuários da cidade e de setores da população urbana em situação de desvantagem, uma presença frequentemente tão internacionalizada quanto os primeiros. A desnacionalização do espaço urbano e a formação de novas reivindicações centras em atores transnacionais e envolvendo a contestação constituem a cidade global como uma zona de fronteira para um novo tipo de relação.

NOTAS

1. Teorizei sobre isso em termos da rede de cidades globais, na qual essas cidades são, em parte, função da rede. Por exemplo, o crescimento dos centros financeiros de Nova Iorque e Londres é alimentado por aquilo que flui através da

rede mundial de centros financeiros, dada a desregulamentação de economias nacionais. As cidades no topo dessa hierarquia global concentram as capacidades para maximizar sua captura dos lucros, por assim dizer.

2. Várias disciplinas fizeram contribuições significativas. Entre elas, estão a antropologia (Bestor, 2001; Low, 1999), a geografia econômica (por exemplo, Knox e Taylor, 195; Short e Kim, 1999) e os estudos culturais (por exemplo, Palumbo-Liu, 1999; Krause e Petro, 2003; Bridge e Watson, 2000). Todas desenvolveram um amplo conhecimento urbano; mais recentemente, os economistas (por exemplo, Glaeser e Gottlieb, 2006; Fujita et al., 2004) começam a abordar a economia urbana e regional de maneiras que diferem da tradição mais antiga de economia urbana, que perdeu grande parte de seu vigor e poder de persuasão.
3. Podemos ver esses resultados em trabalhos antigos, como *Taxi-Dance Hall* de Paul G. Cressey (1932), *Gold Coast and the Slum* de Harvey Zorbaugh (1929) e, mais adiante, por exemplo, em Suttles (1968).

4. A globalização, a ascensão das novas tecnologias da informação, a intensificação de dinâmicas transnacionais e translocais, e a maior presença e voz de tipos específicos de diversidade sociocultural – tudo isso está em primeiro plano na mudança real de que a teoria social precisa dar conta em um grau muito maior do que tem feito. Ao mesmo tempo, é importante enfatizar que essas tendências não abrangem a maioria das condições sociais; pelo contrário, a maior parte da realidade social provavelmente corresponda a tendências familiares e antigas. É por isso que muitas das tradições e subcampos estabelecidos da sociologia vão permanecer sendo importantes e continuam a constituir o núcleo da disciplina. Além disso, existem boas razões pelas quais a maior parte da sociologia urbana não engajou as características e as consequências dessas três tendências materializadas na cidade: os atuais dados urbanos são inadequados para abordar essas tendências importantes no nível da cidade. Ainda assim, embora essas três tendências possam envolver apenas uma parte da condição urbana e não possam se restringir ao urbano, elas são estratégicas, pois marcam a condição urbana de novas maneiras e, assim, assinalam um local crucial de pesquisa para tendências importantes.

5. A globalização também é um processo que gera diferenciação, mas o alinhamento das diferenças é de um tipo muito diferente daquele associado a noções tão diferenciadas quanto o caráter nacional, a cultura nacional e a sociedade nacional. Por exemplo, o mundo corporativo atualmente tem uma geografia global, mas não existe em toda parte no mundo; de fato, ele tem espaços bastante definidos e estruturados; ele também é cada vez mais diferenciado de segmentos não corporativos nas economias de locais específicos (por exemplo, uma cidade como Nova York) ou países onde opera. Existe homogeneização ao longo de certas linhas que atravessam os limites nacionais e uma clara diferenciação dentro desses limites.
6. Precisamos reconhecer as condições históricas específicas para diferentes concepções do “internacional” ou do “global”. Há uma tendência de enxergar a internacionalização da economia como um processo que opera no centro,

embutido no poder das corporações multinacionais atuais e das empresas coloniais do passado. Pode-se observar que as economias de muitos países periféricos estão totalmente internacionalizadas, devido aos elevados níveis de investimentos estrangeiros em muitos setores econômicos e da pesada dependência dos mercados mundiais para obter moeda forte. O que os países altamente desenvolvidos têm são concentrações estratégicas de empresas e mercados que operam globalmente, a capacidade de controle e coordenação globais e poder. Essa é uma forma muito diferente do internacional, em relação àquela que encontramos em países periféricos.

7. Essa hipótese é fundamental para o meu modelo da cidade global.
8. Em um nível mais conceitual, podemos perguntar se um sistema econômico com fortes tendências para essa concentração pode ter uma economia espacial sem pontos de aglomeração física. Ou seja, o poder – nesse caso, o poder econômico – tem correlatos espaciais?
9. Vejo os serviços produtivos e, mais especificamente, os serviços financeiros e corporativos avançados como as indústrias que produzem os recursos organizacionais necessários para a implementação e administração de sistemas econômicos globais. Os serviços produtivos são produtos intermediários – ou seja, serviços que as empresas compram. Eles cobrem questões financeiras, legais e de gestão em geral, inovação, desenvolvimento, design, administração, pessoal, tecnologia de produção, manutenção, transporte, comunicações, distribuição em atacado, publicidade, serviços de limpeza para empresas, segurança e armazenamento. Os componentes centrais da categoria dos serviços produtivos abrangem uma variedade de segmentos com negócios e mercados consumidores mistos: seguros, operações bancárias, serviços financeiros, imobiliárias, serviços legais, contabilidade e associações profissionais. O livro definitivo é Bryson e Daniels (2006).

10. Do ponto de vista metodológico, essa é uma maneira de abordar a questão da unidade de análise em estudos de processos econômicos contemporâneos. A “economia nacional” é uma categoria problemática quando existem altos níveis de internacionalização. E a “economia mundial” é uma categoria problemática por causa da impossibilidade de fazer estudos empíricos detalhados nessa escala. Cidades altamente internacionalizadas, como Nova York e Londres, oferecem a possibilidade de analisar processos de globalização em detalhe dentro de um ambiente limitado e com todos os seus diversos aspectos, muitas vezes com traditórios. King (1990) enfatiza a necessidade de diferenciar o internacional e o global. De muitas maneiras, o conceito da cidade global faz isso.

11. Uma ferramenta metodológica que considero útil para esse tipo de análise é o que chamo de circuitos para distribuição e instalação de operações econômicas. Esses circuitos permitem acompanhar atividades econômicas em terrenos que fogem às fronteiras cada vez mais estreitas das representações dominantes sobre a economia “avançada” e negociar o cruzamento de espaços socioculturalmente descontínuos.

12. Essa invisibilidade dos segmentos de baixa renda é ilustrada pelo seguinte fato. Quando o mercado de ações teve uma queda aguda em 1987, depois de anos de crescimento enorme, houve vários relatos na imprensa sobre uma crise massiva e súbita de desemprego entre os profissionais bem-remunerados de Wall Street. A outra crise de desemprego em Wall Street, que afetou secretárias e trabalhadores comuns, nunca foi divulgada ou relatada. Ainda assim, a queda do mercado de ações criou uma crise concentrada de desemprego, por exemplo, na comunidade imigrante dominicana no norte de Manhattan, onde residiam muitos dos faxineiros de Wall Street.
13. Atualmente, existe uma vasta literatura documentando um ou outro desses aspectos da desigualdade. Ver Fainstein, Gordon e Harloe (1993) para o começo desse processo; ver Sassen (2006b, Cap. 8) para evidências de vários países.
14. Se a multiplicação das transações entre cidades contribuiu ou não para a formação de sistemas urbanos transnacionais é tema de debates (ver também o Cap. 2, sobre as redes urbanas transfronteiriças). O crescimento dos mercados globais para finanças e serviços especializados; a necessidade de redes de serviços transnacionais em resposta ao súbito aumento no investimento internacional; o papel reduzido do governo na regulamentação da atividade econômica internacional e correspondente ascensão de outras arenas institucionais, notavelmente de mercados globais e matrizes corporativas – todos esses fatores apontam para a existência de arranjos econômicos transnacionais com localizações em mais de um país. Essas cidades não estão apenas competindo entre si por uma fatia do mercado, como muitas vezes se afirma ou acredita; existe uma divisão do trabalho que incorpora cidades de vários países e, nesse sentido, podemos falar de um sistema global (por exemplo, nas finanças) em contraste com um mero sistema internacional (ver Sassen 2001, Caps. 1-4, 7). Podemos ver aqui a formação incipiente de um sistema urbano transnacional.
15. Além disso, a pronunciada orientação para os mercados mundiais evidente nessas cidades levanta questões sobre a articulação com seus Estados-Nações, suas regiões e a estrutura econômica e social urbana mais ampla. As cidades, tipicamente, estão inseridas nas economias de sua região, muitas vezes refletindo as características da mesma – e ainda refletem essas características. Porém, as cidades que são locais estratégicos da economia global tendem em parte a se desconectar de sua região. Essa desconexão entra em conflito com uma proposição fundamental dos estudos tradicionais sobre sistemas urbanos – ou seja, que esses sistemas promovem a integração territorial de economias regionais e nacionais.
16. De um modo mais geral, estamos assistindo à formação de novos tipos de segmentação do mercado de trabalho. Duas características se destacam. Uma é o enfraquecimento do papel da empresa em estruturar a relação de emprego: fica mais a cargo do mercado. A outra é o que se pode descrever como a transferência de funções do mercado de trabalho para a unidade doméstica ou a

- comunidade. Para tratamentos sociológicos definitivos desses tipos de questões, ver Mingione (1991) e Vantakesh (2006).
17. Relacionar a informalização e o crescimento leva a análise além da noção de que a emergência de setores informais em cidades como Nova York e Los Angeles é causada pela presença de imigrantes e sua propensão a reproduzir estratégias de sobrevivência típicas de países do terceiro mundo. Relacionar a informalização e o crescimento também leva a análise além da noção de que o desemprego e a recessão em geral podem ser os principais fatores que promovem a informalização na atual fase de economias muito industrializadas. Isso permite apontar para características do capitalismo avançado que não costumam ser observadas. Para análises de padrões conjunturais e estruturais, ver Komsloy e colaboradores (1997), Tabak e Chrichlow (2000) sobre a economia informal em muitos países.
18. Esse novo caso mostra de um modo mais brutal do que o contrato fordista a significância econômica desses tipos de atores, uma significância velada ou amainada pelo pagamento do salário familiar no caso do contrato fordista.
19. Outra localização importante da dinâmica da globalização é a do novo estrato de mulheres profissionais. Em outro texto, analisei o impacto residencial e comercial do aumento no número de mulheres profissionais de alto nível sobre o enobrecimento das cidades globais, bem como sobre a reurbanização da vida da família de classe média (ver Sassen 2001, Cap. 9).
20. Essa linguagem cada vez mais constrói a imigração como um processo desvalorizado, pois descreve as pessoas geralmente como vindas de países pobres e em situação de desvantagem, em busca pela vida melhor que o país receptor pode oferecer; ela contém uma valorização implícita do país receptor e desvalorização do país de saída.
21. Existem muitas formas diferentes que essa contestação e esse descenso podem assumir. A cultura global de massa homogênea e é capaz de absorver uma variedade imensa de elementos culturais locais. Porém, o processo nunca está completo. O oposto – a dominação plena – ocorre quando o emprego em setores de ponta não mais constitui necessariamente participação em uma aristocracia laboral. Assim, as mulheres do terceiro mundo que trabalham em zonas de processamento de exportação não são empoderadas: o capitalismo pode lidar com a diferença. Outro caso é o de imigrantes “ilegais”; aqui, vemos que as fronteiras nacionais têm o efeito de criar e criminalizar a diferença. Esses tipos de diferenciação são centrais para a formação de um sistema econômico mundial (Wallerstein, 1990).
22. Tóquio hoje tem várias concentrações operárias de imigrantes legais e ilegais vindos da China, Bangladesh, Paquistão, Brasil, Peru e das Filipinas. Isso é bastante notável, em vista do fechamento legal e cultural do Japão para imigrantes. Será simples função da pobreza nesses países? Essa não é uma explicação suficiente, pois esses países têm pobreza há muito tempo. Creio que a internacionalização da economia japonesa, incluindo formas específicas de investimento nos países de

onde os imigrantes têm vindo e a crescente influência cultural do Japão construíram pontes entre esses países e o Japão e reduziram sua distância subjetiva do Japão (ver Sassen, 2001, 307-315; Tsuda, 2003; Komai, 1995; Farrer, 2007).

23. Uma questão interessante diz respeito à natureza da internacionalização atualmente nas antigas cidades coloniais. A análise de King das condições históricas e desiguais características sob as quais a noção do internacional se construiu (1990, p. 78) é extremamente importante. King nos mostra como, durante a época do império, alguns dos principais centros coloniais eram muito mais internacionalizados do que os centros metropolitanos. Acredita-se que a noção de internacionalização, conforme usada atualmente, está enraizada na experiência do centro. Essa suposição traz um ponto cego contemporâneo, bem compreendido por Stuart Hall (1991), que observa que as críticas pós-coloniais e pós-imperialistas contemporâneas emergiram nos antigos centros de impérios e cidades ou países coloniais. Spivak (1999), Mbembe (2001), Mamdani (1996) escreveram ótimas narrativas. Outro ponto cego é desconsiderar a possibilidade de que as migrações internacionais hoje dirigidas principalmente de antigos territórios coloniais para o centro – e territórios neocoloniais, no caso dos Estados Unidos e, mais recentemente, do Japão – podem ser o correlato da internacionalização do capital que começou com o colonialismo (Sassen, 1988).
24. Para uma combinação diferente desses elementos, ver, por exemplo, Dunn (1994) e Drainville (2004).
25. Body-Gendrot (1999) mostra como a cidade continua sendo um terreno de contestação, caracterizado pela emergência de novos atores, sucessivamente mais jovens. É um terreno onde as restrições e as limitações institucionais dos governos para abordar as demandas por equidade levam a transtornos sociais. Body-Gendrot argumenta que a violência política urbana não deve ser interpretada como uma ideologia coerente, mas como um elemento de tática política temporária que permite que atores vulneráveis entrem em interação com os detentores do poder, em termos que serão um pouco favoráveis para os fracos.